

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco, na Póvoa de Santa Iria, pelas 9h30, do dia 2015/09/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 17/2015, da reunião de câmara de 2015/07/29, nº 18/2015, da reunião de câmara extraordinária de 2015/08/05, e nº 19/2015, da reunião de câmara de 2015/08/31			Aprovação
2	Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira			Aprovação
3	Informação económica e financeira semestral da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira			Conhecimento
4	Informação económica e financeira semestral dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira - 2015			Conhecimento
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
5	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
6	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
7	Pagamentos autorizados			Conhecimento
8	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
9	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Luís Filipe Moreira Freire		Aprovação
10	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (auxiliar de ação educativa) - Recrutamento excecional			

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco, na Póvoa de Santa Iria, pelas 9h30, do dia 2015/09/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Requalificação da rua Alves Redol - Fase 3 - Substituição de valores retidos por garantia bancária	Constradas - Estradas e Construção Civil, SA		Aprovação
12	Fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento de viaturas afetas à frota ambiente do Município - Substituição de garantia bancária	Valorsul, SA		Aprovação
13	Contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da base de dados para inventariação de património cultural móvel e imóvel - In Patrimonium do Município - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
14	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
15	Correção das deficiências da EB1 nº 4 (Bolonha) - Acionamento de garantias	Luseca, Sociedade de Construções, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
16	Empreitada para a correção das deficiências da EB1 nº 4 (Bolonha) - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Póvoa de Stª Iria	Aprovação
17	Centro de Saúde de Vila Franca de Xira - Auto de vistoria para liberação parcial de 15% da caução	Sociedade de Construções José Coutinho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
18	Ecoparque da Póvoa - Hortas urbanas - Auto de vistoria para liberação parcial de 30% da caução	Construções Pragosa, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
19	Construção do Centro de Saúde de Alhandra - Auto de vistoria para liberação parcial de 60% da caução	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Alhandra	Aprovação
20	Recargas de pavimentos 2015 - Concelho de Vila Franca de Xira - Auto de vistoria e receção provisória	Construções Pragosa, SA		Aprovação
21	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Plano de segurança e saúde	Norcep - Construções e Empreendimentos, Lda	Vialonga	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco, na Póvoa de Santa Iria, pelas 9h30, do dia 2015/09/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
22	Feira Anual de Outubro 2015 - Venda ambulante			Aprovação
23	Feira Anual de Outubro 2015 - Alteração da designação e da ocupação do "Bar 3" e respetiva base de licitação			Aprovação
24	Programa "Verão Total" - Comparticipação de despesas - Transferência de verba para o Município de Sobral de Monte Agraço			Aprovação
25	Adenda ao protocolo de colaboração entre o Município de Vila Franca de Xira e o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa			Aprovação
26	CEAX - Centro de Estudos Arqueológicos - Venda de materiais de merchandising			Aprovação
27	Doação do espólio literário de Joaquim Namorado, pelos seus herdeiros			Aceitação
28	Doação de uma carta, por Manuel Simões, para integrar o espólio literário de Joaquim Namorado			Aceitação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
29	28ª Corrida Internacional de Villejuif			Conhecimento
30	Programa Encontros Desportivos Concelhios - XIRA 2016			Conhecimento
31	Devolução de valor a Caroline Caldas			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
32	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/09/23

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas 9h30, na Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco, na Póvoa de Santa Iria, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. Rui Ribeiro Rei; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----
. Ana Paula Bayer Lourenço. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Aurélio dos Santos Marques, tendo sido substituídos pelos Srs. Ana Paula Bayer Lourenço e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 12h25, durante as respostas ao período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **002**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjunta-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjunto-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INÍCIO DO ANO LETIVO -----

Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes e dando início à reunião, agradecendo a disponibilização do espaço pelo agrupamento de escolas D. Martinho Vaz de Castelo Branco, justamente porque se está no arranque de mais um ano letivo, e justificava-se plenamente fazer esta reunião de câmara numa escola. -----

O ano letivo começou em Vila Franca de Xira com tranquilidade, sem problemas de maior, com um ou outro problema de colocação e substituição de professores, coisas de pequena monta, pois felizmente este ano letivo, provavelmente por se terem conseguido resolver muitos dos problemas que aconteceram no ano letivo anterior, é mais tranquilo, inclusivamente foi tomada uma decisão de prolongar o início do ano letivo. -----

Evidentemente que isso permite também mais algum tempo de tranquilidade, e permite também, a seu ver, que o primeiro período não seja tão extenso. Julga que de tantas medidas menos boas, e algumas até más, do Sr. Ministro, provavelmente esta será a mais certa. Nem tudo pode ser mau, na sua perspetiva, obviamente, e por isso o ano letivo, em Vila Franca de Xira, foi talvez dos mais tranquilos. Não diz de sempre, habitualmente faz-se um esforço bastante grande para que tudo esteja em condições naquilo que compete à câmara municipal, mas de facto há um ano letivo que começa sem sobressaltos, como já aconteceu em outros anos. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que, de facto, os membros da CDU saúdam que este ano não se tenha de passar por aquele que foi o "teatro" do início do ano letivo anterior, e só lamentam que quando as coisas correm minimamente bem seja uma novidade. Aquilo que aconteceu este ano deveria ter acontecido nos outros anos letivos, e ainda assim pensam que o concurso paralelo que alguém decidiu fazer, que este Governo decidiu fazer, da bolsa de contratação de escolas, deveria ser abolido para que, de facto, os erros nas colocações não acontecessem mais. -----

Lamentam que, apesar da questão do concurso de professores ter corrido minimamente bem, não seja ainda possível às escolas ter nos seus quadros de pessoal os assistentes operacionais, os psicólogos, os assistentes sociais e técnicos

A



que são necessários para o bom decorrer do ano letivo.-----

Lamentam também que ainda não saibam nada sobre as obras na escola Gago Coutinho, e que infelizmente se tenham ainda escolas no concelho, nomeadamente as chamadas EB2,3, a funcionar em instalações que em nada abonam para a boa aprendizagem dos alunos do concelho. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não pode deixar de se congratular com o início do ano letivo, estando os membros da Coligação Novo Rumo de acordo que deveria ser a norma, não deveria ser a exceção, e estão confiantes que será cada vez mais a norma e não tanto a exceção. Contudo, não deixa de ser interessante que custe tanto às pessoas dizer que as coisas correm bem, uma coisa que os deixa num estado aflitivo, pois não é porque se é do Benfica ou do Sporting, é porque corre bem e beneficia a todos, não beneficia o partido "A", o partido "B" ou o partido "C", beneficia a todos. -----

Depois, não deixa de ser interessante quando as pessoas que têm a oportunidade de resolver os problemas dos concidadãos, como é o caso da falta de pessoal que existe nas escolas, continuam numa lógica à comunista, que foi o que fizeram durante anos em Vila Franca de Xira, uma lógica de consolidar a contestação e o descontentamento contra os vários governos que passaram no país. -----

Este Partido Socialista deveria ter uma gestão diferente, mas fez o que fez no reordenamento das freguesias do concelho, porque tudo o que se passa hoje é responsabilidade do Partido Socialista e do Partido Comunista, pois não tomaram uma posição. No caso da educação é uma responsabilidade, porque não quiseram saber do contrato interadministrativo de delegação de competências, mas há concelhos nesta área metropolitana onde as escolas começaram e os trabalhadores estão todos colocados, não falta um trabalhador, não falta um auxiliar educativo para as escolas e alunos desses concelhos.-----

É absolutamente essencial que se pergunte porquê, os cidadãos têm que se perguntar porque é que isto acontece, porque é que há municípios na Área Metropolitana de Lisboa, e já nem está a falar no país, que ao terem assinado um acordo passam a ter responsabilidade e passam a ter isso resolvido, recebem o dinheiro para o resolver, e há outros que continuam sentados na cadeira e dizem: "Não, isto não é responsabilidade minha, eu não quero saber, mas malandros que

A



não resolvem”. -----

Do seu ponto de vista isto é absolutamente inaceitável, e quem paga não é nenhuma das pessoas que está hoje sentada nesta reunião, quem paga são os cidadãos e os seus filhos, que estudam na escola pública, que essa sim deve ser apoiada, incentivada, melhorada, e darem-lhe as mesmas condições que outros têm noutras escolas que não são públicas. -----

Dever-se-ia, efetivamente, avaliar toda esta situação e dar, eventualmente, um passo atrás, para dar dois passos à frente. Sabe que o Partido Socialista tem um problema, pois há alguns dos seus apoiantes que têm responsabilidade nalgumas escolas que não concordam com isto, e o problema é este, confundem ideologia com a solução dos problemas, e quando se confunde isso o que vai dar é asneira. -- Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que sabe que se está num período apetecível para este tipo de conversa. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que tem uma enorme estima pelo Sr. Presidente, mas há pouco olhou para o relógio de propósito, e enquanto falaram os outros vereadores que o antecederam, o Sr. Presidente não fez nem uma intervenção, nem duas intervenções, nem apelou à contenção, e em relação a si já é a segunda vez. Percebe que se está numa situação apetecível, às vezes é difícil ouvir algumas verdades, mas vai terminar, até porque gostou muito de ouvir, ou seja, não gostou de ouvir, porque não ouviu, mas se estivesse presente tinha gostado muito de ouvir o Sr. Presidente falar sobre a educação, e pensa que, apesar de tudo, o Sr. Presidente, com essa intervenção sensata e correta, é uma voz dissonante da atual estratégia política do seu candidato a primeiro-ministro. -----

Fica-lhe muito bem, porque é um homem clarividente e percebe que as coisas caminham no caminho certo. -----

Após a discussão da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, dizendo que espera que o que aconteceu este ano seja a regra no futuro e não a exceção. É evidente que ainda se têm algumas dificuldades, ter-se-ão sempre, e a obrigação da câmara municipal é encontrar as soluções para dirimir essas mesmas dificuldades. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, aproveitando para dar algumas informações na sequência de intervenções neste período antes da ordem do dia, começando por enquadrar o processo numa



Fl. Ata 007

Reunião de 2015/09/23

Proc^Q

Deliberação nº

semana que é particularmente importante, quer para a área da educação, quer para a área da cultura.-----

Começou-se esta semana com a inauguração da nova escola do Sobralinho, que foi um momento importante num caminho que se está a fazer para a construção da escola a tempo inteiro e eliminação dos horários duplos. Não foi o único exemplo este ano letivo particularmente importante nesta matéria, mas foi um momento fundamental na construção da escola a tempo inteiro, que se está a fazer no concelho, e que ganha também uma nova perspetiva já com o arranque das obras da nova escola básica nº 2 de Vialonga, que resolverá esse problema também na freguesia de Vialonga, e cujas obras arrancam ainda este mês.-----

Com estes pilares importantes, inicia-se, no fundo, um trabalho neste novo ciclo, neste novo ano letivo, particularmente importante, e muito mais se poderia dizer. --

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CRISE DOS REFUGIADOS -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que irá ler, mas não tudo, porque é extenso, um documento que os Srs. Vereadores têm na sua posse, intitulado "Crise dos Refugiados".-----

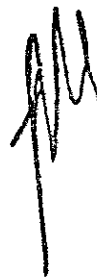
Está-se a viver um momento muito difícil relativamente a esta matéria, que entra diariamente nas casas de todos através da televisão, e sobre isto quer dizer que a decisão certa neste momento é levar em linha de conta aquilo que o conselho-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses tomou. Assim, em termos gerais, irá só falar naquilo que foram as conclusões e propostas que a associação colocou aos municípios como conduta a tomar em linha de conta, que no seu ponto de vista está correta, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Pretendeu, de facto, dar conhecimento deste documento que chegou da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que sintetizou, naquilo que lhe parece que deva ser a posição do município de Vila Franca de Xira. Cada um agirá da forma que bem entender, mas crê que esta posição é a mais prudente, a mais sensata e mais de acordo com a necessidade das pessoas que provavelmente se irão acolher no território, e nos vários territórios do país.-----

Por fim, há pouco não fez alusão, e pede imensa desculpa, à presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, a quem, depois de uma breve intervenção que fará, dará naturalmente a palavra.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, em especial o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, dizendo que os membros da CDU gostariam de começar por ler uma moção sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa, indo de encontro àquilo que ainda há pouco o Sr. Presidente referiu, conforme documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão genericamente de acordo com as moções de solidariedade e de responsabilidade que a Europa deve assumir para com um conjunto de cidadãos



irmãos neste planeta em que se vive, que devem ter efetivamente as mesmas oportunidades. Estão, objetivamente, de acordo e não querem, não fazem, nem farão outro tipo de considerações face à necessidade que se tem de ajudar esses concidadãos. -----

Não sabe se esta moção da Coligação Democrática Unitária é para ser votada, a sê-lo, será na próxima reunião de câmara, e teriam imenso gosto em votá-la, ou votar todas as moções que apareçam sobre a necessidade que têm de ser solidários para com milhares de homens, mulheres, crianças e jovens, que infelizmente têm que passar por estas situações, mas chama só à atenção que não pode deixar de olhar para alguns dos considerandos e dizer que não fica bem “misturar água com azeite”, não faz sentido. -----

Assim, das duas uma, ou se fala dos refugiados e da necessidade que se tem de apoiar esses cidadãos, ou se mistura mais uma vez ideologia política neste assunto, e se se misturar ideologia política neste assunto vai-se discutir outra coisa.-----

Ainda estudou umas coisas, ainda vê umas coisas, ainda consegue entender umas coisas, e, se se reparar, há várias rotas dos refugiados que passam pelos chamados países que são o “sol na terra”, aqueles países que são muito bons, uns que o Partido Comunista apoiou, outros que gostaria de continuar a apoiar, e outros que andam por ali.-----

Uma das rotas passa na Rússia e vai ter à Finlândia, na outra ponta, e questiona se já se reparou que os refugiados não querem ficar na Rússia. Será porquê? Porque tem boas condições? Porque defende os direitos humanos? Porque é o “sol na terra”? Não conhece nenhum refugiado que queira ir para a China, para Cuba, para todos esses países que são fantásticos, extraordinários, e são o “sol na terra”. -----

Neste sentido, se é para se discutir os refugiados vão-se discutir, e aliás não se discute, aprova-se, mas se se vai discutir a política, não percebe, pois os Srs. Vereadores da CDU são contra a União Europeia, mas os refugiados querem vir para a União Europeia, e agora os Srs. Vereadores vêm exigir que a União Europeia faça aquilo com o qual são contra, mas não exigem que Cuba faça, a Rússia faça, a China faça, ou todos os países que suportam ou apoiam façam. Não percebe, e há coisas em que, de facto, tem alguma dificuldade, mas deve ser da sua lentidão de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

raciocínio, pois não consegue chegar a esses caminhos.-----

Até os Estados Unidos, os refugiados também querem ir para os Estados Unidos, aquele centro mau do mundo com o qual os Srs. Vereadores estão sistematicamente contra.-----

Portanto, não consegue entender como é que se arrogam no direito de dizerem “malandros dos tipos da União Europeia”, mas agora “malandros, têm que tratar disto tudo, porque o Partido Comunista diz que é assim”.-----

Não entende, e até acredita que o Partido Comunista deixará lá uma parte da antiga Atalaia/Amora/Seixal, e da nova Atalaia/Amora/Seixal, para se poderem, eventualmente, acolher condignamente essas pessoas que aí vêm. Está absolutamente convicto que o Partido Comunista, como partido solidário, fará com certeza isso e muito mais, face a essa matéria.-----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que pensa que todos se deveriam deter sobre uma moção com carácter humanitário, porque nesta situação não há santos, há muitos pecadores, e desses pecados estão estas pessoas a sofrer imenso.-----

Portanto, não vale a pena sobre a matéria ter ilusões, não há ninguém que não seja culpado, e espera é que com estes exemplos que estão a acontecer, quem tem responsabilidades, as grandes potências que têm grandes responsabilidades, reflitam e pensem no que andam a fazer, porque, ao fim ao cabo, em desespero de causa é a Europa que os está a acolher.-----

Também quer dizer que todos, sem exceção, quando veem aquelas imagens, o que lhes apetece é imediatamente tentar encontrar soluções, e há quem o faça de uma forma aleatória, mas estas questões não podem ser de forma aleatória. Tem que se saber que pessoas vêm, quantas são, no que é que as câmaras municipais podem ajudar, mas essa é uma matéria, de acordo também com as decisões que ontem mesmo, no Conselho da Europa, foram feitas e produzidas, para o Governo Português também indicar o que espera dos municípios portugueses, porque estas matérias têm uma logística que importa ter em consideração.-----

Julga que há condições de acolher condignamente estas pessoas, aquelas que vierem para Vila Franca de Xira, e há pessoas que estão em transição, não querem ficar, e outras que vão ficar, vão tentar constituir uma nova vida no concelho, e a



Fl. Livro _____

Fl. Ata * 011

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

câmara municipal tem a obrigação de lhes proporcionar as melhores condições possíveis, a começar pelas crianças. Têm que se acolher na escola pública, têm que se encontrar situações de alojamento, têm que se encontrar situações de alimentação, e encontrar situações em que estas pessoas possam também ter direito ao trabalho. Provavelmente algumas podem até ajudar bastante, tendo em vista a sua formação em várias matérias que podem ser úteis e muito importantes para o próprio país. -----

Assim, diria à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que “despia” esta moção e centrava-se única e exclusivamente naquilo que é o imediato, a forma como se vão acolher estas pessoas, e sugere que tenha em consideração a circular, a proposta do conselho-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que julga que também se podia aprovar como metodologia a seguir, porque, ao fim ao cabo, da moção que a CDU apresenta, muitas das questões estão lá referidas, só que se vai mais longe na análise das questões de carácter político, porque é de política que se está a falar, decisões políticas que foram tomadas, e decisões erradas que foram tomadas, que fazem com que estas pessoas, de facto, agora estejam neste desespero. -----

Uma vez que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, à qual o município pertence, produziu este documento, revendo-se o próprio, perfeitamente, na proposta, nos três itens, nas três alíneas, naquilo que está referido, coloca à consideração dos Srs. Vereadores tomar como base este documento da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

O que estas pessoas não querem é que estejam a ser esgrimidos, se bem que importantes, argumentos de carácter político, elas precisam é de uma visão, de uma perspectiva da defesa da sua qualidade de vida, da sua dignidade, e pensa que é isso que está em causa. -----

O que sugere e propõe é que a moção da CDU não seja colocada à votação, e possa ser, em alternativa, colocada à votação acolhendo também a proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que o Sr. Presidente, no final da sua intervenção, disse aquilo que os membros da CDU pensam que é o correto, estas coisas não caem do céu, se as pessoas querem sair do seu país não

A



é porque lhes apetece, é porque alguém fez com que no seu país não haja direito a uma vida condigna, a pelo menos paz, uma coisa que não tem preço. Vive-se, felizmente, num país sem guerra, e nem sequer se consegue perceber o que é viver numa turbulência destas constantemente.-----

Portanto, há responsáveis, de facto, ninguém é santo, é certo, mas certamente que aquilo que a CDU coloca na moção, no entender dos seus membros, não está longe da verdade, há culpados, que deveriam tomar consciência disso e resolver rapidamente o problema das pessoas. -----

Muitas vezes ouve-se dizer, “porque é que vêm para cá esses tipos, se nós não temos trabalho para aqueles que cá estão, nem sequer temos casas para aqueles que cá estão?”, e o que as pessoas não percebem é que o melhor seria que aqueles que colocaram estes países nesta situação tomassem consciência, parassem imediatamente, e reconstruíssem os países de origem destes migrantes que sofrem verdadeiramente um flagelo. -----

Aquilo que propõem, não colocando em causa o teor da moção da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a qual concordam, é que o Partido Socialista, até porque, como se disse, o documento da Coligação Novo Rumo é uma moção e terá que ser agendada para daqui a 15 dias, fizesse chegar à CDU as sugestões de alteração, e depois, daqui a 15 dias possa colocar a moção a votação, e cada um tomará, naturalmente, a atitude e o voto que assim entender. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que para a próxima reunião de câmara a moção da CDU é agendada, bem assim como a da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e depois tomar-se-ão as decisões que se acharem mais convenientes, sem prejuízo de, eventualmente, até se poder fundir uma coisa com a outra. Não sabe, pensa que é oportuno falar sobre estas matérias, e é oportuno tomar uma posição sobre elas. Crê que haverá margem para se entenderem, e neste sentido chama a atenção do Dr. Fernando Barreiros, no sentido de que estes dois documentos são para agendar para a próxima reunião de câmara. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, sugerindo que então, já que se chegou a este entendimento que vai haver uma moção conjunta, quer por parte daquilo que já foi enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer através da moção apresentada pela CDU, quando houver esse texto final, seja



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

remetido aos membros da Coligação Novo Rumo, de modo a que também possam fazer alguns considerandos, e assim na próxima reunião poder ser votado sem estarem a discutir. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não foi exatamente aquilo que disse, o que disse foi que se vão agendar estes dois documentos, e pode acontecer ir votar um e outro, e logo se vê qual será. A outra questão é uma terceira opção, que só pode ser tomada na reunião de câmara, e que é a possibilidade de fusão da redação entre as duas propostas. -----

Não vale a pena estar a fazer já esse trabalho quando, efetivamente, se vão agendar dois documentos para análise e votação, e depois dessa discussão poderá surgir a sugestão ou proposta de se fundirem os dois.-----

Na sua opinião poder-se-ia perfeitamente ter só uma moção, de qualquer modo a CDU apresentou a sua moção, está no direito de a agendar, o próprio apresentou uma moção, está no direito de a agendar também, e a fusão destes dois documentos, eventual, será feita depois da discussão dos mesmos. -----



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

CRISE DOS REFUGIADOS

1. Tendo em conta:

- a) Que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem afirmam o princípio de que os seres humanos, sem distinção, devem desfrutar dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;
- b) Que o objetivo de cooperação no espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia e, bem assim, o compromisso do Estado Português de garantir, nos termos do n.º 8 do artigo 33.º da Constituição “o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência da sua atividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana”, e que legitimamente procuram proteção em território nacional e no âmbito europeu;
- c) O estipulado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que dispõe que “toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e beneficiar de asilo noutros países”.
- d) A atual crise humanitária em que famílias com crianças de todas as idades chegam em condições inimagináveis ao continente europeu;
- e) Que esta é a maior emergência humanitária do nosso tempo, requerendo, por isso, uma resposta humanitária conjunta.

2. Considerando:

- a) Que há dimensões da própria resposta portuguesa que estão dependentes de decisões que têm de ser adotadas a nível comum na Europa;
- b) Que o Governo Português criou um Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações, com a missão de aferir a capacidade instalada e preparar um plano de ação e resposta em matéria de reinstalação, relocação e integração dos imigrantes, devendo apresentar um relatório das atividades desenvolvidas, suas conclusões, propostas e recomendações (Despacho n.º 10041-A/2015, DR, 2.ª série, de 3 de setembro);
- c) Que cabe a Portugal o acolhimento de refugiados.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

3. O Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP):

- a) Manifesta a sua solidariedade e a dos Municípios Portugueses para com os cidadãos deslocados que passam por situações gravíssimas;
- b) Salaria a necessidade do Governo, com base nos compromissos internacionais e nos termos da legislação em vigor, definir uma estratégia articulada e integrada, no sentido de propiciar um quadro geral de atuação que seja adequado, consistente e dotado de segurança jurídica;
- c) Demonstra a disponibilidade da ANMP para cooperar com o Governo nesta matéria, designadamente no âmbito do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações;
- d) Expressa a disponibilidade dos Municípios Portugueses - tendo em conta a especificidade local de cada um deles e a sua autonomia - para num quadro de uma política integrada de intervenção, cooperarem na resolução desta emergência humanitária.

ANMP

8 de Setembro de 2015.

Moção

Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa

Considerando:

Que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhar de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas;

Que se deve sublinhar que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais;

Que é deplorável a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e xenofobia e às acções criminosas de grupos fascistas;

Que a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes é reprovável e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.

Que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas

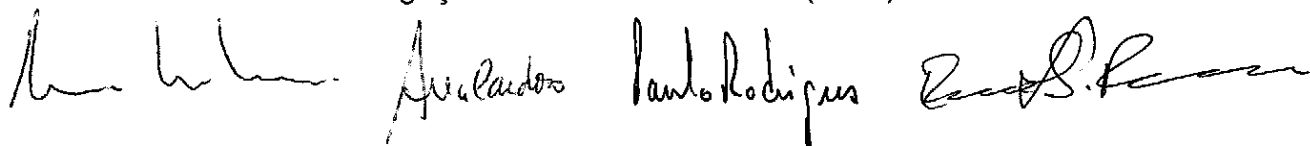
neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, os Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU) propõem que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sua Reunião do dia 23 de Setembro de 2015, delibere:

1. Expressar a sua solidariedade aos povos vítimas da ingerência e agressão externa - designadamente ao povo da Síria que está hoje a constituir o maior contingente de refugiados – e aos povos vítimas de exploração e de saque dos recursos naturais e de negação dos seus mais básicos direitos económicos e sociais;
2. Que o governo português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas;
3. Remeter a presente moção para:
  - Presidente da República
  - Presidente da Assembleia da República
  - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
  - Primeiro-ministro
  - Comissão Europeia
  - Redacção da Agência Noticiosa Nacional – LUSA.

Póvoa de Santa Iria, 23 de Setembro de 2015

Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)



A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES DIVERSAS -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que no dia 26 de setembro, como os Srs. Vereadores já saberão, há duas inaugurações, a da obra de regularização fluvial e arranjo urbanístico do rio Grande da Pipa, na Vala do Carregado, bem assim como às 15h00, no mesmo dia, a inauguração do centro de estudos arqueológicos de Vila Franca de Xira, sito na antiga igreja das Cachoeiras.-----

Depois, informa ainda que o município de Vila Franca de Xira ganhou pela quinta vez consecutiva o galardão Eco XXI, prémio conferido pela Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do programa Eco XXI, que tem por objetivo reconhecer as boas práticas promovidas pelos municípios que fomentem o desenvolvimento sustentável, assente na educação e na qualidade ambientais. -----

Paralelamente, o município ganhou ainda 10 000,00€, com o patrocínio da Essentia, no âmbito do projeto de desenvolvimento responsável para 100 horas de consultadoria, que se irão naturalmente aproveitar, no âmbito da sustentabilidade ambiental.-----

Também está aí a Feira de Outubro, que vai ser inaugurada no dia 2, às 18h30, que é mais um momento importante no âmbito das festividades e tradições, neste caso do artesanato, não só do município, como de todo o país. -----

Após a discussão da ordem do dia, interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a semana termina com um momento importante e particularmente simbólico para a cultura e para o património deste concelho, que é a inauguração do novo centro de estudos arqueológicos do concelho de Vila Franca de Xira, instalado, como o Sr. Presidente já disse, numa antiga escola primária das Cachoeiras.-----

É particularmente importante porque resulta de uma atenção profunda que o município está a fazer na área do património, do património histórico do concelho, nomeadamente património arqueológico.-----

-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Assim, são boas notícias para o desporto e para a atividade desportiva do concelho. -----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTA
IRIA E FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, cumprimentando todos os presentes, dizendo que, tendo em conta que as matérias que dizem respeito à freguesia se vão tentando resolver com os contactos que se têm, de forma permanente, saúda apenas a vinda de todos os presentes à freguesia da Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa, desejando naturalmente uma manhã profícua de trabalho. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS NO CONCELHO-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que gostaria de colocar uma questão que tem a ver com a utilização das piscinas, tendo chegado aos membros da CDU a informação que, e viram o regulamento, que não fala nada disto, é impossível às instituições de solidariedade social utilizar os equipamentos depois das 18h00. -----

Como o Sr. Presidente sabe, vive-se numa altura em que a escola é chamada a escola a tempo inteiro, os alunos devem estar na escola até às 17h30, e portanto as instituições, quando querem fornecer este serviço, e naturalmente que é saudável a prática desportiva, não o podem fazer, porque a partir das 18h00 não é possível utilizarem as piscinas.-----

Gostariam de saber por que razão a câmara municipal entende ser esta uma boa política, até porque, daquilo que sabem, as piscinas não têm a utilização total a partir das 18h00, e não lhe parece que seja racional que os clubes, as associações chamadas clubes, possam utilizar a piscina, e as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, não possam fornecer este serviço aos seus utentes. -----

Por isso, gostariam de perceber por que razão isto acontece, e se de facto acontece não é de todo bom que assim seja. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que não gostaria de estar a abordar este tema, mas já que foi levantado, e de facto há alguma escassez de informação, provavelmente, é interessante notar que a partir das 18h00 é o horário nobre. Não sabe se alguém sabe, e os Srs. Vereadores provavelmente não frequentam as piscinas e não têm esse conhecimento, mas aquilo que sugere é que as IPSS possam efetivamente usar a piscina a partir das 21h00, que será provavelmente a única hora que têm disponível a partir das 18h00.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que eventualmente a partir das 21h00 já não estarão lá os colegas que viram os seus salários reduzidos, com o voto da CDU nesta câmara municipal, o que não deixa de ter piada. -----

Após a discussão da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador António Félix para depois falar sobre esta matéria. -----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata **018**
Reunião de 2015/09/23
Procº _____
Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, dizendo que o objetivo da câmara municipal, com os seus equipamentos, é obviamente chegar ao maior número possível de munícipes, e para tal, internamente tem que fazer uma organização, porque é óbvio que há horários que são muito mais apetecíveis, tendo ficado decidido, desde longa data, que o horário a partir das 18h00 seria dedicado aos clubes que fazem formação e competição, e às atividades que a câmara municipal oferece a uma série de utentes. Para os infantários, que funcionam basicamente durante o dia, não fazia sentido utilizarem a piscina à noite, faria sentido utilizarem-na durante o dia. Se assim não for haverá um problema, toda a gente vai à mesma hora, não há nada a fazer, é uma questão de organização interna e de se chegar ao máximo possível de pessoas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que essa prática o ano passado não se efetivou, ou seja, o ano passado as instituições de solidariedade social que têm ATL – Atividades de Tempos Livres, porque é sobre essas que se coloca a questão, pois fala de meninos de 1º, 2º e 3º ciclos, puderam usufruir da piscina para além da hora. -----

Não tem por hábito falar de casos pessoais, mas vai fazê-lo, porque tem o conhecimento próprio, sendo que o ano passado a prática desportiva fazia-se às 19h45 por uma instituição, e é por ter esta prática que alguns pais, onde neste caso se inclui, estranham a situação, que vai transtornar, de facto, a vida familiar, porque os que estavam nessa situação vão deixar de ter capacidade para levar os filhos à natação. -----

Já agora, o que diz à Srª Vereadora Ana Paula Bayer é que, como faz com a situação dos semáforos, não vem falar de cor. Não é nadadora exímia, dá alguns “chapos” na água, mas à hora que foi, eram 20h00, só um clube, neste caso o CPCD – Centro Popular de Cultura e Desporto, estava a utilizar todas as pistas da piscina municipal da Póvoa de Santa Iria. -----

Portanto, a própria, enquanto munícipe, não percebe como é que se retira uma capacidade de utilizar as piscinas quando podiam estar ao uso da população, e também não acredita que as piscinas do Forte da Casa, a essa hora, não tenham capacidade para absorver mais utentes. -----

Os membros da CDU apelam, naturalmente, ao bom senso, para que, no caso de

existirem pistas, as instituições possam ter também esse serviço.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que esta resposta deveria ser dada pelo Sr. Vereador com responsabilidades nesta matéria mas, efetivamente, o que diz é que as aulas de natação da câmara municipal só começam em outubro, e estranha que o CPCD utilize todas as pistas, porque certamente também não será esse o acordo que tem com a autarquia, mas certamente a fiscalização irá promover essa análise.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que há uma questão de fundo, a câmara municipal trata as instituições todas por igual, não há beneficiados nem prejudicados. Se essa é a ideia que por algum motivo subsiste, é bom que se saiba, porque aquilo que em termos regulamentares está previsto é justamente dar oportunidades a todos dentro do quadro do planeamento e regulamentação existente. Portanto, não há, nem beneficiados, nem prejudicados.-----

Em relação ao CPCD, não sabe o que é.-----

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que não foi isso que quis dizer.-----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que só pretendeu esclarecer.-----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que, se não estava lá mais ninguém, escusam de estar a nadar uns em cima dos outros, e foi só nesse sentido. Não está a dizer que se está a beneficiar, nada disso, se calhar nem devia ter falado na associação, mas não tem problema nenhum. Fê-lo, e é para constar em ata, porque estas coisas também não fazem diferença nenhuma. --
Contudo, foi só para dizer isto, pois há pistas vagas, e agora a Srª Vereadora Ana Paula Bayer deu uma informação que só em outubro começam as aulas da câmara municipal, mas se o ano passado era possível, é só apelar ao bom senso, mais nada.-----

-----

A *[Signature]*

Fl. Livro _____

Fl. Ata • **020**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CASAL DO COTRIM E MORTAIS – ENCOSTA DO MOINHO - VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se ao Casal do Cotrim e Mortais, em Vialonga, dizendo que os moradores desta zona, infelizmente, têm passado por várias situações, nomeadamente os espaços verdes que continuam a não ser tratados da melhor forma, mas aquilo que preocupa neste momento os habitantes desta zona, chamada a zona da Encosta do Moinho, é a falta de segurança. -----

Daquilo que os membros da CDU sabem, há muitas pessoas, nomeadamente mais novas, que entram para os prédios que estão inacabados, e que arremessam dali algumas pedras que podem pôr em risco quem passa na via pública. -----

Sabendo que não é responsabilidade da câmara municipal, naturalmente, pedem que o Sr. Presidente faça alguns contactos para resolver esta situação, sob pena de se ter ali um problema sério, que não valia a pena acontecer de facto. -----

Sabem também que houve uma tentativa de entaipar estes prédios, a câmara municipal ficou de analisar a situação, e era importante que se pudesse tomar alguma iniciativa sobre isso. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que, como a Srª Vereadora refere, e bem, trata-se de uma situação complicada.-----

A câmara municipal pode entaipar os vãos, que não são tão poucos como isso, são centenas de vãos, alguns milhares de euros, mas quem deverá fazê-lo é o fundo imobiliário a quem a câmara municipal vai, mais uma vez, exigir que faça o que tem de fazer, porque aquela situação é complicadíssima, e provavelmente, se não se conseguir encontrar uma solução a breve trecho, vai-se eternizar, com prejuízo para toda a gente.-----

Contudo, tomou boa nota, e ir-se-á junto do fundo, mais uma vez, fazer uma insistência para resolver este problema.-----

-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SEMÁFOROS NA VARIANTE DE VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dando conta que os semáforos da variante de Vialonga, no cruzamento entre Alpriate e o Pingo Doce novo, junto ao Quintanilho, não funcionam há mais de 10 dias. Ainda ontem lá passou e assistiu a um acidente grave, porque sem sinais, como se sabe, a prioridade altera-se por completo.-----

Portanto, era bom que junto da empresa que tem essa responsabilidade a câmara municipal apurasse, para se resolver rapidamente a situação. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador António Oliveira tomou nota, a empresa está a prestar um serviço, e tem que o prestar bem. Se há 10 dias que aquilo não está a funcionar, não está a prestar um bom serviço, e portanto é preciso analisar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes, referindo que contactou os serviços, e o acidente de que a Srª Vereadora falou não foi por causa de a sinalética não estar a funcionar. Pensa que estão a falar da mesma coisa, e foi esse acidente que ocasionou ficarem intermitentes. Neste momento estão a funcionar normalmente, porque os serviços foram lá e comprovaram-lhe isso agora.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, agradecendo a informação que o Sr. Vereador António Oliveira deu, que naturalmente satisfaz os membros da CDU, porque o que interessa é que a situação esteja resolvida. Aliás, se era assim tão fácil, só lamenta profundamente que estivessem estado 10 dias sem funcionar.-----

Se já funcionam, ótimo, é para isso que cá se está, para resolver as situações, e naturalmente que o Sr. Vereador, com isso, não querará dizer que inventou esta situação, porque não o faz, nem é do seu feitio. -----

-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Como é óbvio, não tendo ainda uma opinião fundamentada sobre a matéria, a CDU regista a entrega desta informação.-----



Deliberação nº _____



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 024

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MERCADO DO FORTE DA CASA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que há escassos dias os membros da CDU estiveram no mercado do Forte da Casa, e constataram que os problemas continuam. Não obstante a colaboração prestada pela junta de freguesia, nos termos da delegação de competências respetiva, têm o entendimento que há ali problemas, eventualmente relacionados com a conceção e construção do equipamento, que devem merecer também da câmara municipal a devida atenção, designadamente sucessivas e graves infiltrações no equipamento comercial. -----

No dia em que estiveram neste mercado, na semana passada, puderam constatar que eram vários os lojistas que pura e simplesmente tiveram que suspender temporariamente a sua atividade, uma vez que as infiltrações danificavam os bens perecíveis no interior das lojas. -----

Gostariam de saber se a câmara municipal está ao corrente desta situação, se, nos termos da colaboração com a junta de freguesia, a obra em curso está a ser devida e corretamente acompanhada, e o que pensa fazer no sentido de debelar o que há algum tempo a esta parte acontece sempre quando aparece o período de chuvas.--

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que as obras começaram no dia 17. Não sabe quando é que os membros da CDU lá foram, mas se foi antes do dia 17, efetivamente, não podiam ver coisa nenhuma.---

O que quer dizer é que o plano de requalificação foi uma proposta apresentada pela Coligação Novo Rumo, e o executivo está a cumpri-lo, não como se desejaria. Por exemplo, requalificou-se o mercado de Vila Franca de Xira, e quando se começou a mexer verificou-se que era um problema complicado que ali estava, e hoje, como já se deve ter reparado, os torreões vão ficar que é um mimo.-----

Fizeram-se mais coisas do que as que eram inicialmente as necessárias, que eram as infiltrações, já se resolveram, mas quando se começou a mexer nas infiltrações verificou-se que os torreões estavam num estado muito degradado, muito complicado, com os barrotes de suporte já em muita degradação, e um dia uma coisa daquelas podia cair. Portanto, não estava previsto, mas a câmara municipal entendeu, por uma questão de segurança, também fazer esse trabalho, que está a terminar.-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

No caso do Forte da Casa, também nesta matéria das infiltrações, que é a questão mais complicada que se tinha, e há outras que se irão resolver mais tarde, o trabalho iniciou-se, de acordo com a informação que os serviços prestaram, no dia 17 deste mês.-----

Por isso, da próxima vez que os membros da CDU lá forem provavelmente encontrarão uma situação diferente, com melhoria considerável para todos aqueles que ali têm o seu modo de vida, que são os comerciantes. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BOMBA DA PRIO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que chegou aos membros da CDU a informação, e queriam saber se a câmara municipal confirma da sua veracidade ou não, que a PRIO, nos termos do contrato de cedência de superfície para a instalação da bomba de gasolina na Castanheira do Ribatejo, a favor do Juventude da Castanheira, não está a cumprir e a honrar com o compromisso, de acordo com uma percentagem a calcular sobre a venda da gasolina e gasóleo, na distribuição às restantes coletividades, conforme acordo entre as coletividades presentes numa reunião em que esta matéria foi decidida entre elas. -----

A ser verdade está ferida toda a propositura, toda a intenção maior de beneficiar, não só o Juventude da Castanheira, mas todas as coletividades que, ao abrigo desta cedência em direito de superfície, beneficiariam com a venda da gasolina e gasóleo a favor da sua obra social, cultural e desportiva, além de descontos para a frota automóvel das respetivas associações.-----

Gostariam de perguntar ao Sr. Presidente, muito diretamente, se é verdade esta informação que lhes fizeram chegar, e se assim é, o que pensa a câmara municipal fazer no sentido de repor aquilo que foi o espírito da deliberação desta câmara municipal. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador coloca a questão do contrato celebrado entre as instituições e a PRIO não estar a ser cumprido, e vai avaliar, porque não sabe. Vai avaliar para saber por que razão não está a ser cumprido, porque havia duas situações, se bem se lembra. Uma era um valor à cabeça pago ao Juventude da Castanheira, que pensa que terá sido já pago, não na totalidade, porque há um diferencial que está a ser dirimido, mas grande parte do valor que foi estabelecido já foi paga. Depois, conforme também é o compromisso, o Juventude da Castanheira transferiu essas verbas imediatamente para a empresa construtora a quem deve dinheiro. -----

A outra questão era a das instituições, que eram ainda bastantes, e que uma parte dos lucros da venda do combustível fosse distribuída pelas mesmas, e é isso a que o Sr. Vereador se deve estar a referir, sendo que, como o Sr. Vereador referiu, e pensa que também está no protocolo, essas instituições teriam um preço menor de



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

A utilização para fins económicos de um terreno público visava, em primeira e última instâncias, a defesa da promoção da cultura, do desporto e do recreio para a freguesia e coletividades respetivas. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TRANSFERÊNCIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU souberam, não só através dos trabalhadores, mas fundamentalmente também pelos utilizadores, que o centro de documentação do museu municipal no edifício-sede já foi transferido para a biblioteca, designadamente para o 5º andar. Há 1 ou 2 dias, quando passavam pelo museu municipal, constataram que já existe uma informação da câmara municipal a dar conta exatamente da transferência deste recurso para um andar da biblioteca municipal.-----

Pensam que a câmara municipal, no seu todo, se não tivesse que aprovar deveria pelo menos ter sido conhecedora desta intenção, e chamam à atenção para duas situações. A primeira é, por um lado, estarem completamente desconhecedores dos motivos que levaram à câmara municipal deslocalizar este importante recurso, o centro de documentação, e depois chamarem à atenção para o facto deste equipamento, o museu, estar certificado, estar registado na Rede Portuguesa de Museus, e esta situação deveria ter sido melhor acautelada, se ainda não foi.-----

Assim, perguntam se a transferência deste centro de documentação do edifício-sede do museu municipal tem ou não a ver com a instalação hipotética do museu da tauromaquia, situação que também nunca foi discutida em reunião de câmara, de forma definitiva, e, por outro lado, se a Rede Portuguesa de Museus está conhecedora da transferência deste recurso, que é peça estruturante para a qualificação e certificação do museu municipal, bem como se a opinião dos trabalhadores da câmara municipal diretamente envolvidos mostrou concordância relativamente à transferência do centro de documentação para o 5º andar da biblioteca. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente depois falará sobre esta matéria. De qualquer modo, pode adiantar que nada tem a ver com o museu da tauromaquia, porque há um compromisso, e as bancadas todas têm que se acertar sobre esta matéria. Esse compromisso existe, é para cumprir, e terá que se fazer uma reflexão. Não sabe se se vai conseguir chegar a um consenso, mas tem que se chegar ao consenso possível, para que o museu da tauromaquia seja uma realidade, só que não tem a



ver com isso, porque a decisão ainda não foi tomada.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a transferência do centro de documentação dos museus municipais para a Fábrica das Palavras é um aspeto importante sob o ponto de vista patrimonial e cultural, e é um objetivo que há muito vinha a ser definido, mas sem um equipamento com a natureza da Fábrica das Palavras não tinha ainda sido possível transferi-lo para o centro de documentação geral municipal.-----

Esse é um caminho que foi apenas tornado possível pelo excelente edifício, pelas excelentes condições que se têm na Fábrica das Palavras, para acolher, tratar e trabalhar tudo o que são as documentações importantes sob o ponto de vista literário, cultural e patrimonial do museu municipal, sendo uma transferência que estava pensada há muitos anos, mesmo antes do próprio ser vereador com esta área de responsabilidade, que felizmente agora se conseguiu concretizar.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU ficaram conhecedores do que era um objetivo do Partido Socialista a transferência do centro de documentação para a biblioteca, e confessa que não há, da parte da sua bancada, memória de que a questão alguma vez tenha sido colocada à consideração em reunião de câmara, o que lamentam, porque não se trata da retirada de uma qualquer atividade de um lado para a qualificar, instalando-a noutro, trata-se da desmaterialização de uma atividade consolidada ao longo de todos estes anos, que se prende com a certificação do museu municipal.-----

Por isso mesmo fazem novamente a mesma pergunta. Com a saída do centro de recursos, que é conhecido como centro de documentação, para outro local distante da localização-sede do museu municipal, a Rede Portuguesa de Museus foi ou não consultada para esse efeito?-----

Repara que também, da parte da câmara municipal e de quem gere, se calhar pouca ou nenhuma atenção houve em relação aos reparos de quem são os verdadeiros intervenientes, os construtores da política municipal, os trabalhadores, mas isso a seu tempo será julgado, como se costuma dizer.-----

Perguntou o Sr. Presidente, afinal, quem é que gere o município.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que é o PS, com o apoio do PSD.-----

Referiu ainda o Sr. Presidente que então está respondida a questão.-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Após a discussão da ordem do dia, e das respostas dadas neste período antes da ordem do dia, interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo a compreensão ao público que já está inscrito, pretendendo apenas dizer que a câmara municipal não respondeu à bancada de CDU relativamente à questão do ponto de situação da recuperação urbanística do largo do Forte da Casa. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **031**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BERMA JUNTO AO LIDL – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, dizendo que gostava de voltar a colocar duas questões, que pensa que das suas poucas passagens pelas reuniões de câmara já levantou.-----

Uma delas tem a ver com a possibilidade, que já foi remota, e é evidente que os membros da CDU sabem que uma parte desta responsabilidade é da Estradas de Portugal, hoje Infraestruturas de Portugal, tem a ver com a berma ou o passeio junto às instalações do Lidl, em Vila Franca de Xira.-----

Está-se a aproximar a época de chuvas, é deveras conhecido que aquela situação ali fica cheia de água, tem uma paragem de autocarros, e há que ter acesso a toda aquela área. Como disse, já não é a primeira vez que levanta a questão, mas pensa que é bom lembrar e tentar, junto da Estradas de Portugal, se é possível ou não, em conjunto com a câmara municipal, alterar e reparar a zona, refazendo-a, e fala no sentido sul/norte, junto ao Lidl. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o executivo está cansado de falar, não com a Estradas de Portugal, mas com uma outra coisa, que agora se chama Infraestruturas de Portugal. Quer que corra tudo sobre carris, que tudo corra muito bem, e aquilo que, de facto, a Infraestruturas de Portugal tem que fazer, que o faça, mas não tem feito, no que diz respeito a Vila Franca de Xira, pois há anos que prometeu, que tem um compromisso, o de que era já a seguir e que o concurso ia avançar, de requalificação da EN1 desde Vila Franca de Xira até à ponte da Couraça.-----

Na última reunião que teve, ainda com a Estradas de Portugal, que passados poucos dias fez a fusão com a REFER e passou a ser Infraestruturas de Portugal, aquilo que propôs foi que, se não tinha condições financeiras para fazer a requalificação do piso da EN1, pelo menos fizesse as rotundas que estão previstas. Foi-lhe dito que era uma ideia, que se iria ponderar, e provavelmente essa ponderação ainda está a ser feita, sendo que esta matéria das bermas também foi colocada. -----

Estas coisas são assim, às vezes diz-se, "isto não é connosco, é com o outro", mas o problema é que o prejuízo está a ser para as pessoas, principalmente quando chove, o que quer dizer que um dia destes, porque a câmara municipal não tem jurisdição sobre aquela estrada, e cada coisa que tem de fazer, como seja um poste, tem de ir a parecer, com parecer ou sem parecer vai resolver, e pôr ali uns resíduos porque, de facto, aquilo quando chove é uma piscina autêntica, e o Sr. Vereador tem toda a razão. -----

No entanto, há uma série de matérias que está pendente com a Infraestruturas de Portugal, nomeadamente aquilo em que já se acertou tudo, entre os SMAS, a câmara municipal e a então Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal, que é a acumulação de água sobre o viaduto que vai para a ponte Marechal Carmona. -----

Está tudo tratado, já se sabe quem é quem, quem tem que fazer o quê, e inclusivamente os SMAS, generosamente, mas pensa que é por uma boa causa, disponibilizaram-se para, no quadro da monitorização de todos os equipamentos que têm no concelho, incluir aquele, porque vão ter que ser postas umas bombas para retirar a água e levá-la para a rede pluvial. Essas bombas, provavelmente, se ficarem submersas podem disparar e ficar fora de serviço, e os SMAS, na sua central, automaticamente registam essa avaria, e vão ter a incumbência de, cada vez que haja um problema com as bombas, irem lá resolver. -----

Portanto, como se vê, maior parceria do que isto não pode haver, tem é que fazer o trabalho que lhe compete fazer. -----

-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que aquilo já foi tudo reparado, mas o que é um facto é que os camiões chegam ali e partem tudo. Assim, ter-se-á que resolver novamente, e aliás essa intervenção nem foi sequer da câmara municipal, foi da Estradas de Portugal, mas está tudo destruído outra vez.



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira tomou boa nota desta questão na rua Gomes Freire, e ir-se-á lá analisar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MUDANÇA DE LOCAL DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL --

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da junta de freguesia, dizendo que gostava de colocar algumas questões, e uma prende-se com as mudanças de local de trabalho que estão a ser processadas pelos trabalhadores da câmara municipal, referindo que na reunião de 31 de agosto os membros da CDU pediram ao Sr. Presidente que lhes fizesse chegar o mapa dessas mudanças, uma cronologia das mesmas, algo que até à data ainda não foi feito. O Sr. Presidente e a câmara municipal, o seu executivo, ainda não lhes enviaram esse plano, não percebem porquê, julgam que seria algo fácil, porque, a existir, era só mandá-lo por e-mail e estava executado, mas a verdade é que passado um mês não foram recetores de plano nenhum, o que os leva a ponderar e, inclusivamente, a dizê-lo, até prova em contrário, que estas mudanças estão a ser feitas sem qualquer tipo de planeamento. -----

Enquanto não lhes provarem exatamente o contrário é essa a mensagem que transmitirão aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que as suas mudanças estão a ser feitas sem qualquer tipo de planeamento. -----

Respondeu o Sr. Presidente que isso não corresponde à realidade. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio novamente, mencionando que se não corresponde à realidade, o executivo teve um mês para provar o contrário.-----

Referiu o Sr. Presidente que responderá no momento que entender que é necessário.-----

Após a discussão da ordem do dia, interveio de novo, dizendo que o planeamento de localização de trabalhadores é uma coisa que tem de ser feita com tranquilidade, e com pés e cabeça, não é de improviso ou porque apeteceu. As coisas têm que ser feitas com cuidado, e estão a ser feitas, de maneira que aquilo que o Sr. Vereador diz aos trabalhadores, pode dizer o que bem entender, mas, já agora, deve transmitir que é um trabalho que o executivo está a fazer e vai continuar durante o mandato.-----

Há uma questão de fundo, que já várias vezes referiu, a possibilidade de se concentrarem os serviços, mas a concentração dos serviços não pode ser a qualquer preço e de qualquer modo. A última proposta que lhe foi colocada não



Deliberação nº _____

Não se podem estar a sujeitar os trabalhadores a condições menos dignas em que alguns estão, e por isso estão-se a encontrar soluções nesse sentido. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

LAPA DO SENHOR MORTO E ORATÓRIO DE SÃO JERÓNIMO – PÓVOA DE SANTA IRIA -

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que se está na freguesia da Póvoa de Santa Iria, e gostaria de colocar algumas questões, umas já bastante recorrentes, sendo que os membros da CDU vão voltar a falar no mesmo assunto, e o executivo municipal responderá quando achar oportuno, como em tudo. -----

Uma prende-se com o património desta freguesia, nomeadamente a Lapa do Senhor Morto e o Oratório de São Jerónimo, que serão aqueles mais visíveis e os que normalmente chamam mais à atenção face ao seu estado de degradação. -----

Está inscrita nas grandes opções do plano de 2015/2018 uma verba para a recuperação da Lapa do Senhor Morto, a ser executada no ano de 2015. O ano ainda não acabou, é verdade, está-se a passos largos para o fim do ano, é num instantinho enquanto lá se chega, e a verdade é que não se vê rigorosamente nada que indicie que a Lapa do Senhor Morto irá ser recuperada ou será alvo de qualquer tipo de intervenção para recuperação deste importante património no decorrente ano. -----

Os membros da CDU continuam ainda à espera que lhes façam chegar os memorandos das reuniões que foram tidas com o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, relativamente a estes dois patrimónios, tal como estão à espera ainda dos memorandos das reuniões com o IGESPAR, que foram tidas relativamente ao estacionamento no terreno da ex-CERCI, e estas não é há um mês, é há bem mais de um ano que aguardam que lhes façam chegar esse memorando. -----

A pergunta que faz é para quando a recuperação da Lapa do Senhor Morto, em cumprimento daquilo que foram as grandes opções do plano aprovadas por esta câmara municipal. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que sobre este assunto o Sr. Vice-Presidente falará, incluindo os memorandos do IGESPAR. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando, no que toca à parte do património e da cultura do concelho, dois aspetos muito importantes. O primeiro é relativo ao trabalho profundo que se tem vindo a fazer junto, hoje, da Direção-



Geral do Património Cultural, mas que há muito pouco tempo era direção-regional, há muito pouco tempo era IGESPAR, e há muito pouco tempo era IPPAR, sempre a trocar de direções, e a trocar também de tendências de apreciação sobre os projetos municipais. -----

Felizmente, no que toca à Lapa do Senhor Morto, a câmara municipal conseguiu uma aprovação de princípio quanto ao projeto de intervenção, que passa, em primeiro lugar, e por indicações expressas da direção-geral, por uma intervenção exclusivamente no que diz respeito ao sistema de drenagens, que está neste momento a ser estudado e implementado pelos serviços técnicos, e só apenas depois dessa intervenção, que, como diz, já tem a orientação aprovada de princípio por parte da direção-geral, é que será possível tomar decisões técnicas sobre o Oratório de São Jerónimo propriamente dito.-----

Relativamente à questão da Lapa do Senhor Morto, que é conhecida também, o executivo tem vindo a intervir paulatinamente neste património, nomeadamente com limpezas e restauros das suas zonas exteriores, da sua zona pública, e o oratório está hoje muito melhor do que estava há 2 anos atrás. -----

De qualquer das maneiras, é importante que, junto também da próxima Direção-Geral do Património Cultural se acertem em absoluto as obrigações de projeto. -----

Na sequência da última reunião que houve, e não é propriamente uma informação nova, porque já teve ocasião de falar sobre esta matéria na última vez que o solicitaram, e da recusa que houve de implementação do projeto que estava originalmente definido para aquela zona da Lapa do Senhor Morto, foram dadas algumas indicações que vão permitir ao projetista, pensa o executivo, fazer alterações substanciais ao projeto que tinha apresentado inicialmente, no sentido de que venham a ser aceites pela Direção-Geral do Património Cultural. -----

Pensa que as coisas estarão no bom caminho, crê que sob o ponto de vista da intervenção no terreno 2016 pode ser um ano importante, caso todos estes "nós" se venham a desatar, por assim dizer. -----

-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA PÓVOA DE
SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se ao parque de estacionamento junto à estação ferroviária da Póvoa de Santa Iria, dizendo que a câmara municipal estabeleceu um protocolo com uma sociedade, a Funsita, se não está enganado, que preconiza no seu ponto 11 que esta se compromete a promover a demolição das construções degradadas existentes no imóvel, naquele terreno, nomeadamente a fachada do antigo quartel dos bombeiros voluntários e um pequeno armazém devoluto aí localizado. -----

Os membros da CDU estranham que a obra já esteja a desenrolar, a regularização do terreno já está a ser feita, já existe um monte de resíduos de fresagem que vão ser colocados no terreno para o dotar do mínimo de condições para o parqueamento de viaturas, tal e qual como ficou preconizado por esta câmara municipal, e que essas demolições ainda não tenham ocorrido. Diz a lógica, ou o bom senso, que em qualquer obra a demolição é feita de forma prévia à execução da obra em si. Portanto, não estão em crer que as demolições que foram protocoladas com a Funsita venham a ocorrer depois de a câmara municipal construir o parque de estacionamento, pois não tem lógica esta matéria.-----

Assim, gostavam de saber se há alguma alteração de que não tenham conhecimento relativamente àquilo que são as obrigações da Funsita nesta matéria, e se está a pensar cumprir ou não o protocolo que assinou com a câmara municipal. -----

Por outro lado, saíram notícias na comunicação social regional que entenderam que são estranhas, e não sabem se foi má interpretação de quem as produziu, se não, mas davam conta que o edifício que lá se encontra, o conhecido edifício Moinhos da Póvoa, iria ser demolido. Consideraram estranhas essas notícias, porque aquilo que está protocolado com a Funsita, e que está escrito no ponto 11 do protocolo, é a demolição de um pequeno armazém devoluto aí existente. -----

Ora, os Moinhos da Póvoa não são propriamente um pequeno armazém devoluto, não é pequeno, é grande, é o maior deles todos. Há 3 armazéns lá, e dos 3 este é o maior, pelo que não sabem se eventualmente isso estará nesse âmbito ou não.-----

Depois, há uns anos atrás, e confessa que já não tem memória em que ano, um destes edifícios foi classificado como de interesse arquitetónico, o mais pequeno, do lado direito, e inclusivamente esteve prevista a instalação nesse local de um museu dedicado à indústria que ali laborou durante muitos e muitos anos. Este edifício foi considerado de interesse arquitetónico, classificado como tal, e gostavam de saber se as demolições que estão previstas para o local também o vão contemplar.-----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, esclarecendo esta questão do estacionamento junto à CP, mencionando que a câmara municipal decidiu avançar, porque senão era mais um inverno sem ter condições adequadas para as pessoas deixarem o seu veículo. O que era desejável é que, e concorda com o Sr. Vereador, as demolições já estivessem concluídas, só que são ritmos diferentes, a Funsita ainda não fez o que devia fazer, o que está previsto no protocolo, e que vai fazer.-----

É verdade que o protocolo só refere a fachada do antigo quartel dos bombeiros e um outro edifício de menores dimensões que por lá está, o de grande dimensão não está previsto ser a Funsita a demolir, o que não quer dizer que, na base de uma intervenção urbanística que queira vir ali a fazer, não tenha que o fazer, ou que o edifício apresente uma degradação tal que exija a sua demolição.-----

Quanto ao outro, recorda que estava previsto para muita coisa, uma delas era para a nova sede da Associação D. Martinho, que já manifestou que para ali não quer ir, queria ir para outros locais que inclusivamente já referiu.-----

De qualquer modo, aquele edifício mais pequeno, que está entre o edifício grande, que já não tem cobertura, e a Solvay, é para preservar. É um edifício que considera de características urbanísticas muito interessantes, e ao fim ao cabo continuará a ser uma memória da atividade industrial que ali houve. Na sua opinião, deverão todos fazer um esforço para o preservar, sendo que a sua preservação também passa muito pela utilização futura, porque qualquer coisa que não tenha utilização futura ainda se degrada mais. Poderá ser um museu como se falou, etc., se bem que não consegue neste momento dizer qual a utilização mais adequada.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata . 041

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

QUIOSQUE DO CASAL DA SERRA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU, por mais do que uma vez, trouxeram a questão do quiosque do Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria, que parou a sua laboração, foi desmantelado em parte, houve parte que lá ficou, exigiram que fosse tudo removido, o Sr. Presidente disse que estava a ser tratado, e que inclusivamente o antigo proprietário já tinha sido notificado para proceder à demolição do quiosque e à sua retirada, e agora, de repente, aparece uma atividade económica nova lá.-----

Não têm nada contra a atividade económica, desde que não seja no âmbito da anterior e não crie aqueles problemas e constrangimentos à população à volta como criou a que já lá estava, mas gostavam de saber no que ficaram todas aquelas orientações que o Sr. Presidente deu aos serviços para notificação do proprietário, no sentido de remover tudo aquilo que lá ficou na altura. Gostavam de saber quem é a atividade económica que vai para lá, qual é o seu objeto, as condições em que vai, e também quem foi a entidade que concessionou esta atividade económica, se terá sido a junta de freguesia, se terá sido a própria câmara municipal.-----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que pedirá a ajuda do Dr. Fernando Barreiros, que é quem tem seguido este processo, para dizer, em termos jurídicos, quais foram as decisões ou manifestações que foram produzidas por si próprio, e as dificuldades técnicas, jurídicas e administrativas que se colocaram, que não permitiram que houvesse ali uma decisão coerciva. Depois o Dr. Fernando fará o favor de explicar, porque é ele que tem analisado e seguido este processo. -----

A junta de freguesia concessionou o quiosque, porque é um quiosque que já lá esteve antes, esteve depois com uma situação que foi várias vezes manifestada em reunião de câmara, no sentido de que não poderia ser com uma esplanada e aquilo tudo, mas já existiu em tempos como quiosque. -----

Agora, as condições que hoje se exigem para este tipo de estabelecimentos são as de que deve ter um WC para o público, e por isso mesmo aquele WC que foi construído é importante para a continuidade da atividade comercial que ali se vai



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

desenvolver. Quem fez a concessão, quem tem a responsabilidade da concessão, é a junta de freguesia, que a fez e agora tem um concessionário, que não sabe quem é, mas que foi também analisado através do Gabinete de Apoio ao Município e Atividades Económicas da câmara municipal, sendo isso que está agora em causa.- As reclamações que chegavam no passado, e as exigências que foram colocadas, principalmente pelos Srs. Vereadores da CDU, na sua opinião estão dirimidas, e o que lá se irá ter é efetivamente um quiosque na acessão da palavra, com a dimensão desse mesmo quiosque. -----
Portanto, é um trabalho e competência que pertencem à junta de freguesia, e a câmara municipal, através do seu serviço de atividades económicas, também não viu nenhum inconveniente na nova concessão. -----
No entanto, depois o Dr. Fernando Barreiros falará mais alguma coisa sobre isto.----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DESASSOREAMENTO DAS MARGENS DO RIO TEJO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo um assunto que já é recorrente, a nível até de todo o concelho, que tem a ver com o desassoreamento das margens do rio Tejo, e no caso concreto na Póvoa de Santa Iria, com a zona junto à rampa de acesso ao rio, porque está num estado lastimável. -----

É uma rampa que está praticamente inutilizada neste momento, só vai sendo utilizável porque se tem a boa vontade de membros de uma associação, a ACAPSI – Associação Cultural dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria, que está no local, e que vai fazendo a limpeza das lamas e a retirada dos terrenos dos detritos que se vão acumulando junto à rampa, mas a verdade é que está praticamente inutilizada, e os próprios pescadores e a ACAPSI já manifestaram a sua tristeza pelo facto de não a poderem utilizar, ou desta rampa não ser utilizável com maior frequência face ao assoreamento que lá se está a verificar. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é importante que se resolva o problema da zona ribeirinha, que hoje já é uma notícia porque vêm na comunicação social fotografias, e os membros da Coligação Novo Rumo andam há meses a levantar esse assunto, do acesso à rampa, que é pública, e, como pública, deve dar acesso a todos. Mais uma vez só entraram algumas embarcações para fazer a procissão do Tejo porque a ACAPSI, e alguns dos pescadores e colaboradores da zona, fizeram lá uma intervenção que permitiu a entrada de algumas embarcações, e agora, ainda com boa vontade, fizeram mais alguma intervenção. -----

Não consegue entender porque é que a câmara municipal não toma uma atitude face àquela matéria. Pode-se dizer que se anda à espera de pareceres de um conjunto de entidades, mas a câmara municipal já foi condenada, e o próprio já foi condenado a pagar multas de coisas em que não teve nada a ver, ninguém lhe perguntou se era para a esquerda se para a direita, limitou-se a receber os documentos que se diziam que estavam todos bem, todos fantásticos. Foram condenados, mas os responsáveis por terem enviado esses documentos foram reconduzidos pelo executivo, continuam a fazer e a serem os responsáveis das obras do concelho. -----



Portanto, volta a dizer que é absolutamente essencial fazer uma intervenção naquele sítio, e, no limite, o Sr. Presidente não precisa de levar os lodos para lado nenhum, faz o que estão a fazer lá as pessoas de bom senso, que é tirar dum lado e pôr do outro, entretanto o caminho fica aberto, e a rampa cumpre o seu verdadeiro objetivo, que é de rampa pública de acesso a um espaço que é de todos, e um espaço fantástico que ali está, que devia ser usufruto de toda a população. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não pode estar mais de acordo, mas também já disse que no projeto inicial da câmara municipal o paredão estava 5 ou 6 metros para a frente, mas não deixaram, e quem tem responsabilidades nestas matérias é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e a APL – Administração do Porto de Lisboa, que cobra taxas mas não faz nada, e quando se quer fazer alguma coisa, como é o caso do desassoreamento da marina do UDV – União Desportiva Vilafranquense, e duma em Alhandra, as dificuldades são mais que muitas.-----

Irá enviar os ofícios à bancada da CDU, pois é bom ver, e às vezes apetece-lhe chegar ao João Conde e dizer “avance com as máquinas e vá dragar aquilo”, que era aquilo que se fazia no passado. Se calhar era incorretamente, mas também é incorretamente hoje as exigências que fazem, e a câmara municipal é que vai pagar, mas não é da sua competência, não é a câmara municipal que deve fazer esse trabalho, deve ser a APL, que não faz porque não tem dinheiro, ou diz que não tem dinheiro.-----

Portanto, a câmara municipal, mais uma vez, avança com trabalhos que não são da sua competência, e nem é uma questão de quem paga ou não, já se sabe quem vai pagar, é a câmara municipal, não só um valor acentuado de obra, mas também com um projeto que custou uma fortuna, e são exigências e mais exigências.-----

Pensa que há qualquer coisa que é aquilo que deve presidir em tudo na vida, o bom senso, sendo que se irão ter de levar lamas a alto mar, e só isso vai custar mais de 20 000,00€. Só transportar as lamas para alto mar custará uma fortuna, pelo que ao menos que digam definitivamente que dão o parecer e que se pode trabalhar, mas anda-se nisto.-----

No caso ali da Póvoa de Santa Iria, a câmara municipal também pode ir lá, e nem



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

sabe, se chegar lá com uma pá, se não é multado com uma coima, porque não pode trabalhar, o que é um absurdo, porque as lamas têm que ser analisadas, têm que ir não sabe para onde, tem que se fazer isto, que se fazer aquilo, e o que é um facto é que se faz um grande investimento de requalificação da zona ribeirinha, e depois não se consegue trabalhar, porque há entidades que não deixam trabalhar, não sabe se por excesso de zelo se não. -----

Defende a sustentabilidade ambiental, mas dentro de determinados parâmetros, e portanto esta questão que, tanto o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, como o Sr. Vereador Rui Rei, colocam, tem toda a razão, mas provavelmente há que haver uma outra atitude amiga do ambiente, que é não dificultar a vida à câmara municipal. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PARAGEM DE AUTOCARROS JUNTO À CERCI, NA RUA DO TEJO – PÓVOA DE SANTA
IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, cumprimentando todos os presentes, referindo que quer abordar a questão, que já foi falada mais do que uma vez, da paragem de autocarros junto à CERCI, na rua do Tejo, na Póvoa de Santa Iria, que está atrás dos contentores do lixo, em que não se consegue compreender como é que uma situação como esta, que já foi levantada em reunião mais do que uma vez, ainda se mantém. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sobre esta questão o Sr. Vice-Presidente falará, e pensa que já há alguma matéria sobre isto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que os serviços têm estado a fazer uma reflexão sobre esta matéria, não sozinhos, e para a semana têm uma visita a propósito de um outro assunto, uma vez que a partir da semana que vem começar-se-ão a instalar mais 12 conjuntos de ilhas ecológicas no concelho, na sequência do investimento que foi definido para este ano. -----

A propósito dessas visitas os serviços irão mais uma vez ao local, porque a distância a que os contentores se encontram das ilhas ecológicas e dos outros contentores existentes nas imediações, bem como as características rodoviárias daquele espaço, não tem facilitado o encontrar de um outro local. -----

De qualquer das maneiras ir-se-á ver. Se for possível, e se for, sob o ponto de vista técnico, melhor tê-los noutra local, muito bem, mas se sob o ponto de vista técnico for mesmo o local mais indicado, logo se verá a questão da compatibilização da paragem, ou não. Não é abrigo de passageiros, é apenas uma paragem, mas já é uma reflexão um pouco posterior. -----

Está-se atento a essa matéria e, se for possível, com certeza alterar-se-á alguma questão, e talvez na próxima reunião de câmara já tenha alguma informação suplementar a dar sobre esta matéria. -----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

aod 24



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

Portanto, não percebem o que é que a câmara municipal ou a junta de freguesia realmente estão a fazer, porque, se é mais fácil e mais rápido a NOS deslocalizar a caixa, não percebem qual é a dificuldade que a câmara municipal ou a junta estão a ter para requalificarem aquele espaço e não ser um problema para as pessoas. --- Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que quando a Srª Vereadora estiver presente responderá.-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se ao largo em frente à igreja do Forte da Casa, porque na última reunião de 1 de julho o Sr. Presidente informou que iria ver se iria evoluir, e quando iria evoluir. Assim, os membros da Coligação Novo Rumo colocam mais uma vez essa questão, se vai evoluir ou não.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ALCATROAMENTO DO BAIRRO DOS MONJÕES – FREGUESIA DE SANTA IRIA DE
AZÓIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, começando por se congratular pelo alcatroamento do Bairro dos Monjões, na freguesia de Santa Iria de Azóia, no concelho de Loures, que é de facto um alcatroamento importante para a população de Loures, mas para a população da Póvoa de Santa Iria, Vialonga e Forte da Casa, que usa estes caminhos que se têm, que nenhum o é verdadeiramente, e nem foram projetados nem planeados desde há muitos anos, desde o 25 de Abril de 1974, em que se foi governado por pessoas que se preocupavam com os outros, com o ambiente, e não em transformar esta cidade e terra da Póvoa de Santa Iria numa zona marcadamente suburbana como foi construída. -----

Portanto, uma boa parte da população do concelho, de manhã cedo faz o caminho pelas Bragadas, e uma câmara municipal, que era a de Loures, não queria saber do espaço do outro lado, e dificultava a circulação dos cidadãos do concelho por aquela zona. Portanto, é de congratular que este espaço tenha finalmente visto o seu alcatroamento ser uma realidade, melhorando substancialmente a circulação dos concidadãos, dos vizinhos e fregueses do concelho, o que é importante realçar. Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador coloca uma questão interessante, que é a interligação e cooperação entre municípios, e não pode estar mais de acordo. Até está à vontade, porque várias vezes tentou, junto da Câmara Municipal de Loures, fazer trabalhos em parceria, mas não conseguiu. Felizmente hoje há outra abertura, outra visão das coisas. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que há outra unidade.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que não sabe se é outra unidade, e diz, honestamente, que a questão da política tem a ver com pessoas, sempre. É evidente que cada um tem as suas opções político-partidárias e tenta impô-las, mas depois há o trabalho concreto, e não tem que se ir à cartilha ver se aquilo está de acordo com o programa do partido, ou sabe-se lá o quê, ou se não levará uma



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata * **051**
Reunião de 2015/09/23
Procº _____
Deliberação nº _____

coima qualquer que o partido lhe queira aplicar. -----
Aquilo que quer dizer é a atitude que se tem de ter perante o trabalho autárquico, e o futuro é esse. Não se está circunscrito a um território, está-se rodeado de territórios, e há a obrigação de conseguir encontrar o estímulo, a apetência, a boa vontade dos outros municípios para trabalhar com o município de Vila Franca de Xira. Não tem sentido, por exemplo, estar a pavimentar uma estrada que termina num determinado local, pois muda o território, o que deve ser feito é uma empreitada única, em que paga um e depois faz-se o ressarcimento do valor que compete ao outro. -----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei qual foi o resultado da comissão de acompanhamento, porque a câmara municipal tem que nomear, tal como quando se fez a revisão do PDM, e o vizinho concelho de Loures deve ter alguém. -----
Deve-se fazer, por exemplo, o acompanhamento do PDM de Alenquer, pois o que Alenquer quer fazer na fronteira não afeta só o concelho de Alenquer, afeta o concelho de Vila Franca de Xira. O que é que Vila Franca de Xira disse sobre a revisão do PDM de Alenquer? -----

Respondeu o Sr. Presidente que teve uma opinião. -----
Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo rumo não conhecem qual foi a opinião, sendo que pode dizer que está na Póvoa de Santa Iria, e em baixo, na urbanização onde está construído o CPCD – Centro Popular de Cultura e Desporto, fez-se uma magnífica urbanização, com três faixas para cada lado, mas num sítio dá para um beco sem saída, e para o outro dá para uma via que é metade do tamanho da via que lá está construída dentro, só que esse era o planeamento que se fazia. Do outro lado agora foi autorizada uma urbanização, mas não tem ligação. -----

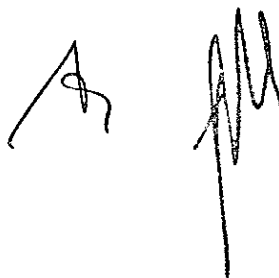
O Sr. Presidente interveio, referindo que a única coisa que pode dizer é que se devia ter feito um esforço daquela via ter tido seguimento para Loures, e não sabe se na altura Loures esteve para aí virada ou não, está-se a falar de há muitas décadas atrás, mas o que é um facto é que, efetivamente, não se fez um bom trabalho, e é a única coisa que pode dizer, porque já lá esteve mais do que uma vez, olha para aquilo e questiona porque é que não teve seguimento, pois era só fazer um pontão e seguia. No entanto, também não conhece em pormenor. -----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

Aí, de facto, é a demonstração e o exemplo do que deveria ser a cooperação intermunicípios. Se lhe questionaram porque é que isso ficou assim, foi provavelmente porque Vila Franca de Xira e os municípios, em termos gerais, estão fechados entre si, se bem que hoje em dia estas questões já estão a ser vistas de uma forma diferente. Houve evolução no pensamento, e ainda bem. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO NA ESCOLA D. MARTINHO VAZ DE CASTELO BRANCO – PÓVOA DE
SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria, não de se congratular, mas de estranhar que hoje se está na escola D. Martinho Vaz de Castelo Branco, uma escola excecional, em que foi feita uma intervenção pela Parque Escolar, a recuperação de uma escola que custou mais de 9 milhões de euros quando qualquer construção nova, de raiz, não custa mais de 6 milhões de euros, portanto, objetivamente, depois não se puderam construir outras escolas, como o Partido Socialista demonstrou claramente na gestão de todos esses anos. -----

A prioridade das escolas no concelho de Vila Franca de Xira estava dita, escrita e colocada, era a escola de Vialonga, aquela escola onde chove, e onde a ex-diretora nomeada, condecorada pelo Partido Socialista até à exaustão, concordou com o Partido Comunista que os jovens não teriam um polidesportivo, um ginásio, na escola, e que se construísse fora da escola, tendo agora a escola que pagar para poder ter acesso ao desporto. -----

De facto, essa escola é que era prioridade, e o Partido Socialista atribuiu prioridade à escola onde se está e à Gago Coutinho, que ainda hoje lá está porque chegou a ter um orçamento de mais de 20 milhões de euros, quando a câmara municipal construiu uma escola do outro lado que não custou mais do que, pouco mais, de 7 milhões de euros, porque teve 1,5 milhões de euros em fundações especiais. -----

É sobre estas coisas que, quando se fala, se deve falar na totalidade, não se deve andar a dançar e a falar de cor. A verdade é que se teve um orçamento da Parque Escolar que não chegava aos mil milhões de euros, duplicou mais do que esse valor, e só se recuperaram metade das escolas que estavam previstas recuperar.---

Portanto, o escândalo está aqui, os responsáveis deviam ser chamados, efetivamente, à responsabilidade, para se verificar o que se passou, porque andaram a brincar com o dinheiro de todos, e objetivamente, agora, malandros de alguns que têm de pagar esse valor.-----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que estas coisas dão para muita coisa, evidentemente, e se o Sr. Vereador lhe disser que, se calhar, uma boa escola não necessita de gastar tanto dinheiro, dir-lhe-á



que sim, e se disser que uma escola como a Gago Coutinho está parada há 3 ou 4 anos, considera isso escandaloso. -----

Não vale a pena estar a dizer que foi o Sócrates “o malvado”, e depois não arranjar as soluções, e não está a fazer de advogado de defesa de ninguém, está só a dizer o que é. Alguém tomou determinado tipo de iniciativas, e veio-se a verificar, num ou outro caso, que não havia condições de terem sequência, de acordo com as pessoas que vieram a seguir. O que é um facto é que a Gago Coutinho está parada há quase 4 anos, e era tempo suficiente para as obras terem recomeçado, tanto mais que esteve com o presidente da Parque Escolar mais o Sr. Vice-Presidente, e aliás deu em reunião de câmara a informação que o projeto ia ser reformulado e a obra arrancaria ainda em 2015. -----

A informação que tem é de que nem sequer o projeto está reformulado, vai ser reformulado agora, e a obra e o concurso internacional, pois pensa que é um concurso internacional tendo em conta as verbas em causa, poderão começar no final do próximo ano. -----

Depois, o Sr. Ministro vem referir que conseguiu, e isso é uma boa notícia, que fosse disponibilizada uma série de verbas, depois das negociações que houve na União Europeia, para que se conseguissem acabar 150 escolas que estavam como a Gago Coutinho, umas por uma razão, outras por outra, e dessa listagem, que não conhece, eventualmente o Sr. Vereador conhecerá, não sabe se está a Gago Coutinho ou não. É provável que esteja, só que não conhece. -----

Espera sinceramente que se encontrem caminhos que permitam várias coisas, e seja quem for que venha a seguir tem obrigação de o fazer. Em primeiro lugar, tirar as coberturas de amianto como a câmara municipal fez, que estava para 4 anos e tirou em 2, pelo que não só cumpriu, como antecipou essa promessa. Depois, fazer e dar seguimento ao trabalho que se enviou à DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com todos os dossiês de todas as escolas que têm coberturas de amianto, que envolvem uma população de 7 500 alunos. -----

Em terceiro, resolver problemas graves que se têm nas escolas do concelho, da responsabilidade do Ministério da Educação. Falando só das mais graves, reporta-se à Alves Redol, à Aristides de Sousa Mendes, que precisa de requalificação, já não leva uma pintura, pensa que, desde sempre e, naturalmente, aquela que é a

pior de todas, para a qual todos têm que fazer um esforço muito grande. Não é só uma obrigação sua, é de todos, à sua maneira e na sua capacidade de influência, resolver o problema da EB2,3 de Vialonga. -----

Tem que se resolver, não vale a pena agora dizer que o auditório era assim, que o dinheiro era muito. Tudo isso está muito certo, mas já passou essa fase de conversa, e agora tem que se passar para outra plataforma, que é encontrar as soluções para resolver. -----

Quem vier a ter a pasta da educação tem que olhar para estas escolas, principalmente para a de Vialonga, com outro olhar, outro querer, e com decisões políticas adequadas, porque senão anda-se sempre nestas coisas. -----

Gastou-se de mais, talvez sim, isso fez com que algumas escolas ficassem paradas, mas também há uma coisa que não se pode deixar de reter, é que se não fosse aquele programa da Parque Escolar, independentemente de não se estar de acordo, e o próprio não está, em pôr candeeiros do Sisa Vieira e não sabe o quê, o que é um facto é que o parque escolar das escolas secundárias deste país, algumas delas em péssimo estado, não tinha ficado em ótimo estado como ficou, escusavam era de ser tão luxuosas. -----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei quantas foram recuperadas e quantas ficaram por recuperar, pois basta olhar para o concelho, sendo que o dinheiro que foi gasto nas escolas do concelho, mesmo somando o que não está concluído com o que está concluído, dava para recuperar o parque escolar na íntegra do concelho, e a diferença é só essa. -----

Respondeu o Sr. Presidente que aquilo que está fora do seu concelho preocupa-o relativamente, o que o preocupa é o que está no concelho. -----

Pediu o Sr. Vereador Rui Rei ao Sr. Presidente para somar os valores desta escola, os valores da Gago Coutinho e os valores de Vila Franca de Xira, e pôr os valores que se pagam por construir escolas novas, pois chegará à conclusão que o dinheiro gasto nestas 3 escolas dava para recuperar o parque escolar todo do concelho. -----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador até pode ter razão, e sobre essa matéria dá de barato, nem entra já nessa discussão, o Sócrates está preso, não sabe se justa ou injustamente, a forma como foi preso é uma coisa infame, mesmo que tenha culpas no cartório, mas é tudo muito infame, tudo muito



estranho, só que há uma coisa que ele, enquanto primeiro-ministro, já pagou, perdeu as eleições.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não é assim, perguntando pelo dinheiro, e o que obrigou as pessoas a pagarem. Perde umas eleições e está resolvido? -----

Respondeu o Sr. Presidente que as pessoas entenderam que deviam votar nesta coligação. -----

Referiu o Sr. Vereador Rui Rei que não é assim. Um autarca, um primeiro-ministro, toma decisões que lesam um país inteiro, 10 milhões de pessoas, e o castigo é perder eleições? Não está a perceber, seja ele Sócrates do PS ou Sócrates do PSD. -

Respondeu o Sr. Presidente que a democracia, em termos políticos, é a possibilidade de alternância do poder. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que pagou uma multa ao Tribunal de Contas de mil e tal euros por algo que não teve nenhuma responsabilidade, e a sua pena não foi perder eleições, a sua pena foi pagar. Então é assim, um tipo faz isto que fez ao país, mais os outros que não estão lá! -----

O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vereador para o deixar falar, dizendo que sabe que isto é muito apetitoso para o PSD, mas pede que tenha calma. Não entra nessa conversa, porque em termos políticos a alternância é possível, e em alguns casos até desejável. A democracia funciona, não gostam de uma coisa, vão para outra, agora, está por provar todos os crimes que lhe são imputados, e enquanto isso não for provado, ele tem direito à presunção da inocência.-----

Por isso, não é o Sr. Vereador, são os tribunais que o têm que julgar, e o próprio está a falar politicamente. Cometeu erros, o povo castigou-o não votando nele outra vez, agora, a justiça que faça o seu trabalho, não é o Sr. Vereador, que não é nenhum justiceiro.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o povo vai lá parar dentro e fica numa cela sem condições, e “esta gente” está sempre na maior, e deixa andar porque é não sabe o quê, e o próprio não é justiceiro.-----

Disse o Sr. Presidente que podia apresentar ao Sr. Vereador uma série de nomes do PSD que estão na maior, ninguém lhes toca, e não sabe porquê.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que nunca o Sr. Presidente o viu defender



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador não é juiz, não tem o direito de fazer juízos, pelo que os faça da sua "rapaziada", mas desses não vê ninguém falar. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROBLEMAS DE ESTACIONAMENTO NA PÓVOA DE SANTA IRIA-----

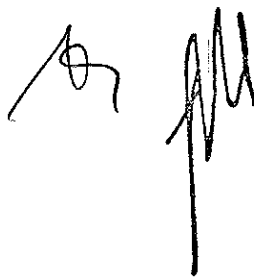
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não deixa de chamar à atenção para o estacionamento, na Póvoa de Santa Iria, porque não deixa de ser interessante estar numa zona cheia de problemas de circulação e para estacionar, basta chegar e ver a afluência que existe à escola onde hoje se encontram, e não deixa de ser interessante que desde que o próprio saiu da câmara municipal, com responsabilidades, não mais se completou a obra que estava em frente, e ainda hoje os carros estacionam em cima da terra, não em buracos, mas em cima da terra, porque toda aquela obra foi feita pelos trabalhadores do município, e muito bem-feita. -----

Antes as pessoas circulavam em cima da terra, durante anos circularam em cima da terra, hoje circulam em cima do passeio, mas o estacionamento, desde essa altura, continua por regularizar. Não se entende, não se percebe porque é que o Sr. Presidente de junta não toma isto em mãos, porque na altura estava mais preocupado em fazer queixa de quem fazia obras do que propriamente defender os interesses da freguesia a que preside, e hoje é uma muito maior.-----

Portanto, é absolutamente essencial que se resolvam estes problemas, bem como que se resolva o problema de estacionamento na CERCI. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que pensa que com esta alteração e este trabalho que vai ser feito, na parceria entre a câmara municipal e o protocolo assinado e celebrado com a SONAE, é provável que a matéria seja resolvida, porque para a SONAE são mais uns quantos trocos e pode resolver o problema do estacionamento. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

AVENIDA ERNESTO SOLVAY – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que continua à espera do projeto e da obra de recuperação da avenida Ernesto Solvay, na Póvoa de Santa Iria, do projeto e da execução para fazer a obra, não para a discutir, porque, como o Sr. Presidente sabe, quando exerceu funções não foi a Vila Franca de Xira só “ver a bola, nem apanhar os comboios”, efetivamente os membros da Coligação Novo Rumo deixaram um lastro. -----

Após ter sido interrompido pelo Sr. Presidente da junta, respondeu que o Sr. Presidente da junta é que fez uma obra para a qual não estava mandato, em baixo, ao pé da EN10, uma obra que não batia com o projeto. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que não se está numa assembleia de freguesia.-----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que estava à espera, porque esteve a olhar para o relógio, e todos falaram sem nenhuma intervenção. O Sr. Presidente de junta interrompeu-o antes, pelo que se o Sr. Presidente lhe quer dizer alguma coisa, que diga ao Sr. Presidente de junta que se tem de comportar, pois não está na assembleia de freguesia, e é só essa a questão. -----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que não se está numa assembleia de freguesia, está-se numa reunião de câmara. O Sr. Vereador, se tem questões a colocar, coloca-as ao próprio, e o Sr. Presidente da junta também não tem de interferir na reunião, na medida em que se estão a discutir, eminentemente, questões de caráter municipal, o que não obsta a que depois não peça a palavra para esclarecer aquilo que bem entender. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, registando que nenhum dos vereadores que o antecedeu teve interrupção, o que é da vida, mas é assim mesmo. Está numa reunião de câmara, na qual foi dada a palavra ao Sr. Presidente de junta, e portanto não transforma isto numa assembleia de freguesia, transforma isto num local que defende e discute os interesses da população no seu local, mas demonstra claramente o que se anda a fazer, porque não foi o próprio que andou a distribuir papéis por esta terra a dizer: “Estas responsabilidades que aqui estão não são minhas, são da câmara municipal”. Na zona sul da Póvoa de Santa Iria foram

[Handwritten signature]

distribuídos, em todos aqueles bairros, papéis da junta de freguesia a dizer: "A responsabilidade não é minha, é da câmara". -----

Depois, vem-se para esta reunião dizer que se discute isto regularmente e não se levanta nenhum assunto, e não sabe quais são os assuntos que se levantam ou não, o que sabe é que os problemas continuam nesta cidade e não são, efetivamente, resolvidos. -----

A avenida Ernesto Solvay é um deles, porque foi efetivamente estudada, nomeadamente os seus parques de estacionamento e a execução de dois parques adicionais, um que daria para a Bolonha, na zona da avenida Professor Dr. Egas Moniz, e outro na parte de cima, a tardoz de um dos edifícios na avenida Ernesto Solvay. Assim, a regularização da avenida é absolutamente essencial para todos os seus moradores. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que enviou ao Sr. Vereador, há muito tempo, um trabalho extenso, que considera estar muito bem feito, que no fundo também vinha na sequência de algumas questões que o Sr. Vereador já tinha falado, e provavelmente até de algum início de trabalho que teve quando esteve naquela área, conforme julga, porque nestas coisas é muito justo, procura ser muito justo.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que se o Sr. Presidente é justo deve ser concreto, pois herdou o tema, e sabe o que é que herdou. Não é dizer eventualmente, ou fez, ou não fez. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe qual é a questão, mas não se lembra, a única coisa de que se lembra foi ter feito um trabalho completo de tudo aquilo, com os serviços, que depois enviou ao Sr. Vereador.-----

Agora, há outra coisa, que é a estimativa de custo que aquilo tem, e os necessários faseamentos que se têm de fazer, porque, como o Sr. Vereador sabe, tem um valor muito significativo. Pensa, inclusivamente, que se deveria começar, justamente, pelas bolsas de estacionamento que são ali necessárias, e depois então ir para a avenida.-----

-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTACIONAMENTO NA ZONA ANTIGA DA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando para quando o completar do compromisso que existia aquando da recuperação da zona antiga da Póvoa de Santa Iria, de todo o projeto que ali foi feito, daqueles terrenos e algumas habitações que ainda estão em frente ao novo Grémio Dramático Povoense. -----

Toda aquela zona tinha previamente um projeto de construção de um silo automóvel ou de um parque de estacionamento, que iria ajudar a dinamizar, quer na zona do largo do grémio antigo, quer do grémio novo, quer de toda a população que ali mora, que vai ou ia até à junta de freguesia, e toda a rua da República, que não tem praticamente um sítio para se estacionar. -----

Portanto, dever-se-ia efetivamente fazer a aquisição de todos aqueles espaços, a exemplo do que se fez em Vila Franca de Xira com dois terrenos, e tratar de toda esta situação, para que a chamada Póvoa antiga pudesse respirar, ter outra ambição, e o comércio se pudesse instalar e dinamizar. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a câmara municipal irá adquirir aqueles edifícios, mas tem tido outras prioridades. Há de lá chegar, até porque já se falou com o representante da família para adquirir o terreno, e fazer dele um parque de estacionamento. -----

Portanto, há matéria já falada, mas efetivamente o dinheiro é uma coisa que deve ser gasta de forma adequada, e há de chegar o momento em que haverá condições de adquirir esse mesmo terreno. -----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CENTRO COMERCIAL SERRA NOVA – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que termina com uma questão de que se recordou, por falar em Partido Comunista. -----

O Partido Comunista trouxe a reunião de câmara, durante muitos meses, uma situação que era a do centro comercial Serra Nova, porque havia um problema do primeiro andar que não podia ter lojas, pelo que, e bem, levantou o assunto durante meses, mas de repente calou-se e o problema continua lá. -----

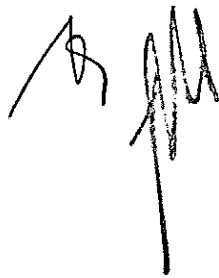
Desde esse dia até hoje, e já lá vão uns anos, nunca mais levantou o assunto, sabe-se lá porquê, mas o Partido Comunista há de dizer se recebeu alguma instrução vinda de Lisboa para Vila Franca de Xira face a essa matéria. -----

No entanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber qual o ponto de situação face a isto, sendo que até diz os nomes de quem levantou o assunto e quem nunca mais o levantou. Se for preciso, não há problemas, os membros da CDU nem precisam de ir consultar as atas porque os membros da Coligação Novo Rumo têm isso, ajudam e até aconselham, e depois, eventualmente, poderão ir até ao Comité Central perceber como é que isto foi tratado. -----

Gostava, francamente, que lhes dissessem qual é o ponto de situação face a estas matérias que está em apreço para se poder tratar, e desta vez não falou do Intermarché, só falou desta situação, que deixa a todos intrigados, como é que de repente ficaram mudos sobre um assunto que preocupava tanto os defensores dos trabalhadores, dos pobres e oprimidos, mas só dos outros, porque aqueles, na realidade, vê-se o que se passa no dia a dia. -----

Após a discussão da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que sobre o centro comercial Serra Nova não vai comentar, é uma matéria em que o Sr. Vereador expendeu determinado tipo de questões, considerações, e não tem condições nenhuma de responder. Fez uma pergunta, e a resposta é que a situação mantém-se como estava. -----

Depois, quer ainda dizer que demolir as lojas era acabar com o negócio de muita gente, e a situação está como estava. Quanto às outras questões, nem sequer as comenta. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEFESA DA HONRA DA BANCADA DA CDU -----

Depois da colocação de questões no período antes da ordem do dia, interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, pedindo ao Sr. Presidente 2 minutos para defesa da honra da bancada da CDU. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador pedirá a defesa da honra quando terminar a ordem do dia, que é pequena. Nessa altura terá todo o gosto em dar-lhe a palavra, naturalmente, até porque houve várias matérias nas quais também poderia ter a mesma intenção ou vontade. Assim, falar-se-á depois. -----

Está-se, como já disse, num período fértil para estas coisas, de maneira que, ou as pessoas se baixam, ou estão atentas, ou levam uma “chumbada”. É preciso estarem atentas, e ainda não começou a abertura da caça, agora é mais a caça ao voto, e se não estiverem atentas ainda lhes acertam. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que agora os membros da Coligação Novo Rumo não gostam da caça.-----

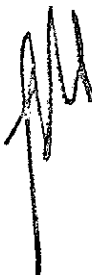
Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que essa é outra, dá para tudo, ouve coisas que são interessantíssimas. Pensa que é uma reflexão profunda, e depois, na volta, com toda esta dialética, toda esta reflexão e entusiasmo, a abstenção cada vez é maior, e é sobre isto que todos deveriam refletir, sobre tudo o que andam a fazer.-----

Aquilo que quer dizer é que pede a todos que sejam ágeis na discussão da ordem do dia, para depois ter oportunidade de responder às muitas questões que foram colocadas neste período, e também poder dar a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues para defesa da honra. -----

Assim, passa de imediato para a discussão da ordem do dia. -----

Após a discussão da ordem do dia e das respostas dadas às questões colocadas no período antes da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, pedindo desculpa às pessoas que se inscreveram, mas dizendo que irá dar a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, pois pediu-a para defesa da honra.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que fará a defesa da honra da bancada da CDU, porque tem sido recorrente, em várias reuniões de câmara, os seus membros ouvirem o Sr. Vereador Rui Rei, da bancada do PSD,



acusar o Partido Comunista de uma série de malfeitorias, sendo que nas palavras do Sr. Vereador Rui Rei o Partido Comunista é responsável, quer no país, quer no concelho de Vila Franca de Xira, ou em todo o mundo, por todas as malfeitorias que existem, e por todos os males do planeta Terra.-----

Do Partido Comunista são todos responsáveis, e o próprio, enquanto militante deste partido, e há 27 anos que anda na política, é o responsável também por todas as malfeitorias que existem, sobretudo no concelho.-----

Ainda hoje ouviram o Sr. Vereador Rui Rei dizer que desde 1975 até aos dias de hoje este concelho pouco evoluiu, dando às vezes vontade de perguntar se efetivamente foi antes de 1975 que isto estava bom. Com certeza que o Sr. Vereador Rui Rei gostaria muito de voltar a tempos antigos, mas, felizmente, a democracia assim não o deixa. -----

Por outro lado, todos, se fossem o público presente, e ouvissem muitas das vezes as palavras do Sr. Vereador Rui Rei, deveriam ficar aterrados com aquilo que é ser-se comunista, deviam ficar aterrados em ser-se do Partido Comunista, deviam ficar aterrados ou completamente apavorados por ouvir a palavra comunismo sequer. ---

O próprio, enquanto militante do Partido Comunista Português, muitas vezes também poderia questionar, “epá, será que isto é tudo verdade, os comunistas são assim pessoas tão más, tão horríveis, são efetivamente os grandes culpados do mal do concelho e do país?”, mas não consegue mudar de opinião. Continua a ser comunista, por uma simples razão, liga todos os dias a televisão, lê os jornais, e estão presentes os colegas da comunicação social, infelizmente não houve rádio com tanta frequência, porque não consegue, mas cada vez que lê esses jornais, e liga a televisão, aquilo que houve falar, e tomou umas breves notas, é corrupção, branqueamento de capitais, fraude fiscal, evasão fiscal, créditos fraudulentos, lavagem de dinheiro, vistos dourados, bancos levados à falência, tráfico de influências, prevaricação de titulares de cargos públicos, Operação Marquês, Operação Labirinto, Operação Vistos Gold, associação criminosa, burlas, crimes de peculato, etc., todos perpetrados por políticos, ex-políticos ou cidadãos socialmente identificáveis com determinados partidos políticos e, curiosamente, não vê lá nenhum comunista. -----

Isto deixa-o a pensar se são, efetivamente, os comunistas os responsáveis por



Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Presidente, aconselhando também o Sr. Vereador a ouvir a rádio, e a ler os jornais todos até ao fim, porque, se calhar, também ia ter alguma informação adicional.-----

A [assinatura]

Assunto: ATAS NºS 17/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/07/29, 18/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA DE 2015/08/05, E 19/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/08/31 -----

Presente para aprovação a ata nº 17/2015, da reunião de câmara de 2015/07/29, a ata nº 18/2015, da reunião de câmara extraordinária de 2015/08/05, e a ata nº 19/2015, da reunião de câmara de 2015/08/31, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a pedido dos membros da Coligação Novo Rumo adiou-se a aprovação das atas, e pergunta-lhes se já estão em condições de poderem votar estas atas.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que sim.-----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues tomou a palavra, dizendo que gostaria de chamar à atenção que a ata nº 19/2015, que retrata a reunião de câmara de 2015/08/31, não contemplou duas intervenções da sua bancada no período antes da ordem do dia. Não estão transcritas em ata, nomeadamente a intervenção que disse respeito à questão do plano de mudanças que solicitaram, na altura, relativamente às mudanças que estão a ser feitas dos trabalhadores da câmara municipal, como a intervenção que tiveram relativamente à obra do parque de estacionamento junto à estação da Póvoa, e à questão da recuperação da passagem inferior à linha férrea.-----

Independentemente das respostas dadas, estas questões não vêm vertidas em ata, e não estão em condições de aprovar sem que venham devidamente vertidas.-----

Respondeu o Sr. Presidente que então se vão aprovar somente as atas nºs 17 e 18, e quanto à nº 19, pede aos serviços para avaliarem aquilo que o Sr. Vereador acabou de referir. Se, de facto, não houve transcrição do que foi dito, essa transcrição tem que ser feita, e assim que for feita imediatamente os serviços vão enviá-la aos Srs. Vereadores. O que está gravado está gravado, não se pode inventar, não sendo timbre desta câmara municipal, pelo menos desde que o PS é governo, nem em anterior momento, adulterar o som.-----

Desta forma, é só uma questão de ouvir e transcrever o que foi dito.-----

Interveio mais tarde o Sr. Presidente, esclarecendo que depois de uma análise dos serviços, concluiu-se, e o Sr. Vereador Paulo Rodrigues também o confirma, que as



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 19/2015, da reunião de câmara de 2015/08/31, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Nuno Libório e Ana Paula Bayer, por não terem estado presentes. -----

[Handwritten signature]

Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/09/16, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo só que esta é uma alteração necessária, por causa da abertura da Loja do Cidadão, também conhecida como Balcão Único, e portanto tinha que haver uma conformação para esse efeito. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo defendem, e há muito tempo, a criação do Balcão Único, e esperam que possa, efetivamente, concentrar em si todos os serviços da câmara municipal, e beneficiar os munícipes dessa concentração. Do ponto de vista que têm ela deveria ser alargada, depois, às juntas de freguesia, porque não faz sentido que um cidadão da Póvoa de Santa Iria, de Vialonga ou de Alverca do Ribatejo se tenha que deslocar a Vila Franca de Xira para tratar de alguns assuntos. -----

Efetivamente, todos os serviços que estarão no Balcão Único deveriam estar nas juntas de freguesia, e as juntas de freguesia seriam, todas, postos de atendimento na íntegra, da câmara municipal, o que facilitaria a vida a todos os munícipes. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que, como o Sr. Vereador sabe, a câmara municipal tem delegações nas cidades, e essa matéria de algum modo está acautelada, o que não quer dizer que este trabalho que se está a fazer não possa ser extensivo e complementar. De qualquer modo, o executivo tem feito um esforço grande para que os munícipes não saiam do seu território de residência para que tenham de ir tratar a Vila Franca de Xira alguma questão que possa ser tratada na própria delegação. -----

Isso não obsta a que, efetivamente, não se possa, através das experiências que se vão ter com o Balcão Único, encontrar também algumas soluções de extensão. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -




1. Assunto: INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 47/15, de 17/09, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da informação económica e financeira semestral da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a 30 de junho de 2015, relativa ao primeiro semestre de 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 47/15, de 17/09, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo-se em conjunto aos pontos 3 e 4 da ordem do dia, que têm a ver com a informação económica e financeira, perguntando aos Srs. Vereadores se têm alguma questão a colocar. -----
O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo que pede desculpa, porque o que pretende dizer não tem a ver diretamente com a questão para apreciação, mas os membros da CDU solicitam, uma vez mais, que o Sr. Presidente faça chegar aos vereadores da câmara municipal um ponto de situação regular sobre os contratos assinados no âmbito da autorização até aos 5 000,00€. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo queriam fazer uma constatação, a de que, de acordo com esta informação que vem à câmara municipal, a execução financeira do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, é da ordem dos 11,82%, face ao período homólogo de 2014, que foi de 25,23%.-----



Assim, gostariam de saber qual a razão da baixa execução deste período, que é retratada nos documentos que lhes são entregues. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a execução deste ano vai ser semelhante à dos anos anteriores, de qualquer forma, num determinado período a câmara municipal ficou muito preocupada com a redução das receitas, que chegou, num determinado contexto, no primeiro semestre, a ter uma quebra de 8%, estando neste momento em 7%, o que de facto exigiu da parte do executivo municipal a tomada de decisões e o tentar verificar como é que o comportamento da receita ia ser. -----

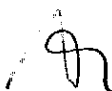
Por isso fez-se um esforço de redução de despesa em 2%, o que quer dizer que apesar de tudo ainda há um diferencial de 5% entre a redução da despesa e a cobrança de receita, o que faz com que efetivamente a dinâmica do investimento tivesse tido uma quebra, mas que não é para manter, foi simplesmente para avaliar como é que o orçamento iria reagir. -----

Neste momento há este problema mais ou menos controlado, o que quer dizer que pelas projeções que já se fizeram a execução vai ser semelhante à do ano anterior. Interveio o Sr. Vereador António Félix, mencionando que não tem mais a acrescentar, o Sr. Presidente já disse tudo. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, perguntando se se consegue estimar neste momento qual é o impacto da transferência de valor financeiro ao abrigo do FAM - Fundo de Apoio Municipal. Aquilo era dividido por tranches, e neste momento, ao município, coube já entregar esse fundo, porque obviamente isso tem uma repercussão tremenda também do ponto de vista da receita, não obstante, do ponto de vista do planeamento financeiro, a câmara municipal ter acautelado a quebra de receita derivada à contribuição para esse fundo. -----

Em período homólogo, como é óbvio, há também uma perda de autonomia financeira em função da capitalização deste fundo, à qual o município de Vila Franca de Xira, por via legislativa, foi obrigado, pensando o próprio que faz sentido referir também essa preocupação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que isso é bem verdade, e o próprio ainda não abordou um tema, que há de ser abordado, porque pensa que estas matérias têm que ser vistas com prudência e não com populismos, que é o IMI - Imposto

Municipal sobre Imóveis, familiar, que se está a analisar. Aliás, quando esta matéria foi colocada pela Autoridade Tributária a câmara municipal imediatamente oficiou esta entidade, no sentido de, por um lado, dizer que não estava de acordo que só fossem contempladas as pessoas que apresentassem requerimento, pois, ao se tomar uma decisão destas, ela tem que ser automática e universal, e a Autoridade Tributária, mais tarde, veio emendar a mão, e dar razão, não só ao município de Vila Franca de Xira, como a outros, que provavelmente também tiveram a mesma iniciativa. Por outro lado, pediu-se à Autoridade Tributária para informar qual era o número de agregados familiares com 1, 2 e 3 ou mais filhos. --- Entretanto a Autoridade Tributária veio informar, através de ofício-circular, que até ao dia 15 de setembro essa informação seria enviada à câmara municipal, o que aconteceu. Portanto, no dia 15 de setembro, da parte da tarde, essa informação chegou. -----

Chegando-se aqui, está-se a analisar, com todas as questões que encerram uma tomada de decisão deste tipo. -----

Como os Srs. Vereadores sabem, propuseram, e foi aceite, e no ano passado o próprio Partido Socialista apresentou uma proposta neste sentido, que o IMI fosse o mais baixo que é possível legalmente, pelo que com o IMI a 0,3% todas as reduções que advenham do IMI familiar vão ter complicações para a câmara municipal, e é mais uma dificuldade financeira que se vai ter.-----

Custa-lhe que estas coisas sejam assim, porque julga que ajudar as famílias não é isto. Sejam 10,00€, 15,00€, 20,00€ a menos, por ano, ou o que for, num agregado familiar, não vai resolver grande coisa, o que vai resolver são as questões de carácter social, em que efetivamente se têm de ajudar as famílias. Essas, sim, é que são fundamentais, para que tenham uma vida mais digna do que têm tido algumas delas. -----

De qualquer modo, esta matéria, este “coelho”, e não tem nada a ver com o Sr. Primeiro-Ministro, que “saiu agora da cartola”, é muito engenhosa, e fez com que as pessoas inundassem a câmara municipal com requerimentos, tendo o próprio uma pilha deles. Aconteceu com esta câmara municipal e outras, porque as pessoas foram informadas que iam ter um benefício, e “toca a ver” como é que era o benefício, e quando ia ser levado à assembleia municipal. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **073**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____




O que quer dizer é que “sol na eira e chuva no nabal”, em termos financeiros, é uma coisa que não existe, a menos que se queira ser criativo nas contas da câmara municipal, e o executivo não quer ser criativo, quer ser rigoroso, e por isso tem o IMI mais baixo, e tem majorações de 15% e 30% nas zonas rurais, para evitar a desertificação ou estimular que as pessoas se mantenham nessas mesmas zonas. No entanto, tem vindo a assistir a algumas situações absolutamente demagógicas, mas quando se está a falar das pessoas têm que se ter preocupações, e não se podem estar a usar as pessoas. -----

Às vezes vê municípios dizer “aqui não há distinções, todos vão ter um benefício, tenham muitos ou poucos filhos, ou não tenham filhos nenhuns”, e viu, por exemplo, um que tem um IMI de 0,39%, passar para 0,37%, pelo que nem sabe o que há de dizer, mas se fosse munícipe daquele município ficava satisfeitiíssimo e batia palmas. Contudo, vê também municípios que têm a taxa mais alta do IMI, de 0,5%.-----

Agora, considera que deveria haver uma medida de exceção para os que já não podem baixar mais o IMI, porque a grande fonte de receita da câmara municipal é o IMI, e se, de facto, essa receita ainda vai ser diminuída, então há uma preocupação. De qualquer modo, tem que se tomar uma decisão até ao dia 30 de novembro, ainda há tempo, e neste momento não diz nem que sim, nem que não.-- A única coisa que diz é para se olhar para as contas e verificar de que forma se pode encontrar uma solução. Contudo, também diz que o Governo, se quisesse proteger as famílias, baixava-lhes os impostos, baixava o IVA. Por que diabo é que vem agora, ainda, pedir este esforço financeiro às câmaras, que já têm tanta dificuldade económica e financeira? -----

Pensa que esta é uma medida simpática, fica bem na fotografia, mas é à custa do dinheiro dos outros, e não devia ser feita assim. Por isso, como se está a falar de receitas, quer falar da sua preocupação. A câmara municipal já “apanhou” com o FAM, agora está a apanhar com o IMI familiar, e outras coisas mais que para aí vêm, e é preciso cautela. Quando os Srs. Vereadores o questionam “porque é que não se faz isto”, “porque é que não se faz aquilo” ou “porque é que não se faz aqueloutro”, até diz que têm toda a razão, devia ser feito isto ou aquilo, mas para se fazer algum tipo de investimentos é preciso dinheiro. -----




Por isso, o que diz é que o executivo está preocupado e quer manter as contas da câmara municipal saudáveis, como sempre foram, mas cada vez está mais difícil de acontecer. Está “despido” de qualquer intenção eleitoralista ou de campanha eleitoral, está-se a falar de coisas absolutamente concretas, e o que quer dizer é que não falou sobre esta matéria, não era para falar, mas a questão foi questionada agora, e não podia deixar de dizer o que pensa sobre o assunto.-----

A tomada de decisão poderá acontecer no limite daquilo que é a lei, do que está estipulado, ou seja, a 30 de novembro, e ver-se-á o que se irá fazer. Contudo, tem a referir que na Área Metropolitana de Lisboa só há duas câmaras municipais, dois municípios, que têm 0,3%, e pensa que o município já chegou ao limite daquilo em que podia apoiar as famílias, porque com o apoio que iria dar, ou que poderá vir a dar, passava de 0,3% para 0,29%, ou coisa que o valha. Isto é difícil, é complicado, e não quis deixar, porque a conversa foi nesse sentido, de transmitir esta mesma preocupação.-----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, para dar só um pequeno esclarecimento à questão levantada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, do FAM, que está inscrita tal como foi transmitida pelos gestores do fundo em dívidas de curto prazo. O montante é de 2 678 860,80€, a dividir por 7 anos. Basicamente, é aquilo que se tem que contribuir durante os 7 anos para o FAM. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o município tem que contribuir para o FAM na justa medida dos outros municípios. Há quem não receba nada do Orçamento do Estado e tenha que contribuir à volta de 6 000 000,00€ para o FAM, e o município recebe. A maioria dos municípios, 98% ou 99%, recebe, porque só há 2 ou 3 municípios no país que não recebem um tostão do Orçamento do Estado, e mesmo esses que não recebem, se se fosse olhar para a questão de justiça que é falada, então não deviam pagar. Esses 2 ou 3 pagam o Fundo de Apoio Municipal, que obviamente deve ser pago com os municípios, é claro. -----

Gostaria de fazer só um parêntese sobre a questão primeira, ou seja, aceita a explicação que o Sr. Presidente deu, face a alguma cautela no investimento, face ao decréscimo de 7%, mas pensa que tem de ser melhor elaborada, pois a receita pode até ter diminuído em 7%, mas a esta data a câmara municipal já tinha mais de 50% da receita arrecadada. Portanto, havia capacidade de avaliar

verdadeiramente o que aí vinha, não era um “tiro no escuro”, os dados estão lá, como se podem ver. -----

Rapidamente, gostaria ainda de dizer ao Sr. Presidente que estava a ouvi-lo com muita atenção e a ver o anterior Ministro das Finanças e a atual, e questionava como é que se podem baixar os impostos. Não é possível. Não é possível “ter sol na eira e chuva no nabal”, e já foi o primeiro-ministro que disse isto várias vezes. Lembrava-se ao mesmo tempo do Dr. António Costa, e já nem está a falar de Jerónimo de Sousa e do resto, em que olha para ele e todos os dias são promessas. Depois, há uma coisa que ainda não disse, mas vai dizer aqui. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador para se recentrar e deixar o “Costa” e o “Passos”, que fazem a sua vida, a câmara municipal tem que fazer a sua, e o que lhe interessa verdadeiramente é o município de Vila Franca de Xira. Quanto ao resto, no dia 4 resolve-se. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que já lá chega, “o povo é quem mais ordena”, e o que o povo decidir está decidido. Portanto, se o povo decidir no Partido Socialista está bem decidido, se decidir na coligação, está bem decidido, ponto final. Agora, não deixa de ser interessante, porque, de facto, é nestas alturas que devia estar mais gente a ouvir, para perceber a “partidarite” em que se transformam depois alguns fóruns, pois o problema que tem o município é o problema que tem o Estado, porque o dinheiro vem do mesmo sítio. Não é porque há um governante que é maluco e gosta de fazer mal às pessoas e o outro é não sabe o quê. -----

Efetivamente, então, o que o Sr. Presidente disse foi que quando não há dinheiro é difícil fazer outra coisa, só se esqueceu de dizer uma coisa, que ao contrário do que fez o Engº Sócrates uma vez, que foi baixar os impostos à custa dos impostos dos municípios, estabelecendo a lei e dizendo, por lei, que o que era 0,8% passava a 0,7%, e o que era 0,6% passava a 0,5%, não dando oportunidade aos municípios de baixar, o que este Governo disse foi: “os senhores têm a possibilidade de introduzir o quociente familiar e dar apoios às famílias com filhos”. Portanto, os municípios, agora, têm a oportunidade de fazer ou não fazer, não há necessidade de criar nenhuma medida de exceção, a medida de exceção criará a câmara municipal, e a decisão é da assembleia municipal, de fazer ou não fazer. A decisão é do município, o município é que vai tomar a decisão se quer. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não é assim. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador, dizendo que é assim, e o camarada do Sr. Presidente, que não é seu camarada, porque é do CDS, está é eleito pelo Partido Socialista, em Sintra, tomou a decisão. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, para esclarecer algumas coisas, mencionando que efetivamente a questão que se coloca é que as pessoas, naturalmente, aderiram a uma possibilidade de benefício, e puserem as câmaras municipais e os municípios numa situação muito constrangedora. -----

Assim, pergunta ao Sr. Vereador se sabe que foi “arma de arremesso” demagógica de muitas das oposições, do PS, do PC, etc., e se sabe porquê, pois onde há câmaras que são geridas pelo PSD, o PS lá vem com uma proposta de IMI familiar, e assim sucessivamente, portanto, foi uma demagogia total. O que se tem de pensar verdadeiramente é como é que se tem que gerir, com rigor e prudência, as contas da câmara municipal, e não usar como “arma de arremesso” esta “cenourinha” que agora apareceu, tendo que se analisar com todo o rigor. -----

Ao dar um exemplo, os Srs. Vereadores da oposição são 6, os membros do PS são 5, pelo que os Srs. Vereadores podem obrigá-lo a fazer isto. Assim, essa poderá ser uma má decisão em termos de gestão, apesar de que não diz que seja. Os Srs. Vereadores, num determinado momento, já apresentaram uma proposta que foi aprovada, para se ter o IMI mais baixo, o que é que se pode fazer mais? Há majorações nas zonas rurais, para estimular as pessoas a manterem-se lá, e não sabe o que é possível fazer mais, mas pensa que não é possível. Agora, quem tenha IMI de 0,5%, 0,39%, 0,4%, pode fazer um festival, pode baixar e ser amigo das pessoas. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que alguns não têm dinheiro para “mandar cantar um cego”, têm lá 0,39%, e mesmo assim não têm dinheiro. -----

O Sr. Presidente prosseguiu, referindo que olha para estas coisas e fica pasmado com tudo. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o Sr. Presidente sabe que há pessoas, nesta área metropolitana, que defendem isto há mais de um ano. Há municípios na Área Metropolitana de Lisboa que já tinham pedido ao Governo que os deixasse escolher ou discriminar positivamente as famílias numerosas. Não



é uma “arma de arremesso” do Governo, foi uma possibilidade que o Governo deu aos municípios de poder escolher, porque há colegas autarcas do Sr. Presidente, bem como colegas autarcas seus que defendem isto, já defenderam, e alguns aplicaram. Sintra já veio dizer que não vai fazer só para as famílias com filhos, vai fazer para todos, foi o que aconteceu, vai fazer para todos, e diz ainda que abdica de 3 000 000,00€ de receita. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, fazendo um comentário, em privado. -----

O Sr. Vereador Rui Rei continuou, dizendo que seria muito interessante avaliar até as discussões que se foram tendo ao longo dos anos, mesmo quanto à descida do IMI, sendo que, era o atual Secretário de Estado das Finanças eleito na assembleia municipal em Vila Franca de Xira, e apresentou-se, em conjunto, na altura, um documento que era a revolução fiscal, que permitia e obrigava a que se baixassem os impostos em Vila Franca de Xira, e a verdade é que o Partido Socialista, gerido pela anterior presidente, foi baixando o IMI em Vila Franca de Xira a reboque da oposição ou das oposições. Foi assim que aconteceu, não foi de outra forma, foi assim que foi acontecendo ao longo do tempo. -----

O que quer dizer com isto é que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma posição, e ainda não foram a reboque da facilidade de vir dizer a posição que têm, pois estão a aguardar que lhes apresentem as avaliações. Têm uma posição, mas querem avaliar, porque tomarão e farão disso a sua decisão no momento certo da tomada de posição nesta câmara municipal, sendo que a opção não é uma imposição, é uma opção. -----

A câmara municipal tem o direito de querer ou não querer, e defende que os autarcas têm que ter cada vez mais poder, cada vez mais responsabilidade, por uma razão, a partir desse dia o voto deixa de ser menos no clube e passa a ser mais nas decisões racionais, e em municípios como Vila Franca de Xira é absolutamente essencial que os autarcas tenham mais responsabilidades para que as pessoas possam abstrair-se do clube do Benfica ou do Sporting e tomem decisões racionais no momento em que vão exercer o voto, porque as decisões ideológicas que se têm vindo a tomar neste concelho desde 1975 trouxeram até este patamar em que estão. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que vai terminar esta discussão

interessantíssima, no seu ponto de vista, e foi o próprio que a estimulou, porque pensa que mais tarde ou mais cedo o assunto tinha que ser discutido, e a oportunidade foi hoje. -----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, para fazer só um reparo, porque já não é a primeira vez. Compreende que o Sr. Presidente o faça, mas agradece que, se fosse possível, não o voltasse a repetir, ou seja, todas as afirmações que são feitas, para o bem e para o mal, devem constar em ata. Portanto, da mesma forma que a própria, em qualquer local de trabalho, aquilo que diz é para ficar escrito, agradece que na reunião também, ainda por cima num órgão tão importante como este, aquilo que diz, se não o puder dizer, cala-se, se o puder dizer, fala, e fica registado em ata. -----

Respondeu o Sr. Presidente que já não é a primeira vez que esta questão é feita desta forma por qualquer uma das bancadas, e pode-se perfeitamente discutir sem que esta ou outra qualquer matéria tenham que constar da ata. É assim que se tem feito, por uma questão de consideração sobre o assunto ou de pessoas, e pensa que em termos de ética política é assim que tem de ser feito. -----

Portanto, não foi outra coisa senão ter a mesma atitude como se teve na discussão de há muitos anos a esta parte, e não foi menor desconsideração pela Srª Vereadora, nem por ninguém, foi justamente porque, nesta matéria, não se sentiria bem doutra forma. A Srª Vereadora diz, e bem “se não queria dizer isso, não dissesse”, mas está-se numa discussão em que vale a pena, às vezes, esclarecer com elementos, e aliás até não frisou o nome de ninguém, só o frisou depois do Sr. Vereador Rui Rei o referir, porque, seja Basílio Horta ou outro presidente qualquer de que se tenha que falar, tem que se ter algum recato, que é exigível, e não foi com a intenção de esconder ou evitar que algo seja colocado na ata, mas regista a posição da Srª Vereadora. -----

Relativamente a esta matéria, e para terminar, o executivo está a estudar os vários cenários financeiros para, mais tarde, até 30 de novembro, tomar uma decisão, por isso não se vai adiantar, porque não tem ainda os dados necessários para o efeito. -
-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento, e deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal para conhecimento.-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº **551**

Tomado conhecimento, e deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal para conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **080**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4571/15, de 14/09, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/08/17 e 2015/09/11.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 4571/15, de 14/09, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, I série, referente à Lei de Enquadramento Orçamental; -----

Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, I série, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas; -----

Portaria nº 278/2015, de 11 de setembro, I série, que regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão; -----

Portaria nº 279/2015, de 14 de setembro, I série, que identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável; -----

Decreto-Lei nº 194/2015, de 14 de setembro, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional. -----

2. Dos editais publicados entre 2015/09/05 e 2015/09/18, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **082**

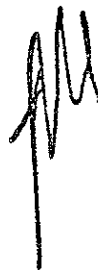
Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

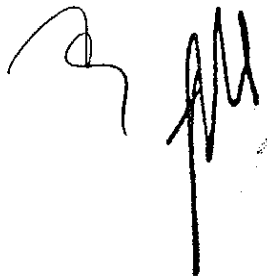
1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2015/09/03 e 2015/09/16, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----



1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----24 214 242,51€
Dotações não Orçamentais----- 1 827 232,76€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 5 246 530,17€
Dotações não Orçamentais----- 616 535,75€
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – LUÍS FILIPE MOREIRA FREIRE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4528/15, de 09/09, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais seis meses, de Luís Filipe Moreira Freire, a exercer funções de jurista, na Divisão de Assuntos Jurídicos, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 4528/15, de 09/09, do DGAFJ/DRH, 24/15, de 28/08, do DGAFJ/DAJ e 4331/15, de 19/08, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4618/15, de 16/09, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para a aprovação do recrutamento excecional de 6 candidatos do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para assistente operacional (auxiliar de ação educativa). -----
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 4618/15, de 16/09, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que a câmara municipal decide, e bem, a admissão de 6 auxiliares de ação educativa, mas sabem todos que este número é insuficiente, e que infelizmente existem muitos trabalhadores ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção que estão a desempenhar estas funções, que são, de facto, de carácter permanente e necessário.-----

Este ano letivo a câmara municipal alterou, de alguma forma, os procedimentos para a colocação de pessoas no empratamento das refeições, e cabe às instituições de solidariedade social a colocação de algumas tarefeiras para fazer este serviço. No entanto, apesar disto existem ainda trabalhadoras por conta da câmara municipal com Contrato Emprego-Inserção a desempenhar estas funções. --
O que acontece, e daquilo que chegou aos membros da CDU, é que, muitas vezes, por falta de pessoal não docente nos agrupamentos de escolas estas trabalhadoras

que estão colocadas pela câmara municipal ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção, para fazer o empratamento, são deslocadas para outros serviços, nomeadamente a limpeza dos edifícios escolares e a vigilância nos recreios, o que leva a que, depois, as outras tarefas fiquem com esta função e trabalho sozinhas, e muitas das vezes torna-se quase impossível fazer o trabalho no tempo que é devido, portanto, durante aquelas horas.-----

Aquilo que pedem é que, para já, o Sr. Presidente veja se de facto isto acontece e, a acontecer, que a câmara municipal diga aos agrupamentos que isto não é possível, sob pena de depois ficar a autarquia com a responsabilidade de não fazer aquele que é o seu serviço. As escolas se, de facto, têm necessidade de pessoal, têm que, junto do Ministério da Educação, resolver a situação, porque não é a câmara municipal, nem são os trabalhadores que estão, da sua parte, nas escolas, que devem fazer estas tarefas de limpeza da escola e vigilância do recreio. -----

Gostariam ainda, porque houve grandes alterações, de ter acesso aos números recentes de trabalhadores que estão neste momento a exercer funções na câmara municipal ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, em tempos, já fizeram um pedido de informação sobre os concursos que estão abertos, os que estão fechados, e qual a fase, e essa informação ainda não lhes chegou. Não sabe há quanto tempo é que este pedido já foi feito, mas agradecia então que viesse, e reforça mais uma vez o pedido.-----

Respondeu o Sr. Presidente que será enviado, informando que o Dr. Renato Gonçalves tomou boa nota para se fazerem chegar estas informações aos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo.-----

Quanto à questão colocada pela Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, também chegaram ao executivo alguns ecos, que depois o Sr. Vice-Presidente poderá explicitar melhor, se bem que é uma matéria delicada. Evidentemente que essa delicadeza tem a ver, em alguns casos, com a falta de pessoal não docente que o ministério devia colocar nas escolas e não coloca, mas há outras situações. -----

Aquilo que vem hoje é um compromisso que assumiu de, paulatinamente, pois não se consegue fazer tudo de uma vez, nem sabe se se vai conseguir na totalidade, evitar recorrer aos CEI, e por isso, deste concurso, que agora chegou ao fim e vai à

assembleia municipal, estas pessoas entram imediatamente ao serviço, não diz no dia seguinte, mas provavelmente ainda em setembro.-----

As pessoas eram necessárias, porque algumas aposentaram-se, e outras foram-se embora, de modo que a câmara municipal quer equilibrar, assim como vai fazer para os rececionistas e vigilantes, em que, como bem os Srs. Vereadores se recordam, se vai fazer uma admissão excecional de 20 pessoas. Não é coisa pouca, são 20 pessoas, e fica-se no limite daquilo que é possível em termos de investimento com pessoal. -----

Como se sabe, a legislação não permite ir até um determinado montante, no caso da câmara municipal não chega aos 17 000 000,00€, e desta forma vai-se evitando admitir mais CEI. Na área da educação é mais complicado, porque é um trabalho sazonal. -----

De qualquer modo, a ideia e o princípio é, um dia, ter condições para que o trabalho seja efetivo e as pessoas não estejam em condições precárias de trabalho como hoje estão.-----

Assim sendo, regista o que a Srª Vereadora referiu, e o Sr. Vice-Presidente, nos contactos que vai ter com os agrupamentos, de uma forma prudente e cordial vai referir essas matérias, e ver-se-á o que vai dar, porque o que se quer é que as pessoas façam justamente aquilo para que foram admitidas e não estejam a fazer outras ocupações, muito para além daquilo que está definido. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----




1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 – SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS POR GARANTIA BANCÁRIA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 90/15, de 14/09, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da substituição das retenções, em ordens de pagamento, para reforço de caução, referentes à adjudicação da empreitada de requalificação da rua Alves Redol – Fase 3, pela garantia bancária nº 397221, emitida pelo Novo Banco, no montante de 3 925,91€, solicitada pela Constradas – Estradas e Construção Civil, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 90/15, de 14/09, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL VEICULAR PARA ABASTECIMENTO DE VIATURAS AFETAS À FROTA AMBIENTE DO MUNICÍPIO – SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 367/15, de 11/09, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da substituição da garantia bancária nº N00395293, do Novo Banco, prestada no âmbito da empreitada de fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento de viaturas afetas à frota ambiente do município, pela garantia nº GAR/15301357, do BPI, solicitada pela Valorsul, SA, tendo como objetivo a alteração da entidade bancária, mantendo-se o valor, bem como todos os pressupostos contratuais.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 367/15, de 11/09, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA DA BASE DE DADOS PARA INVENTARIAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL MÓVEL E IMÓVEL – IN PATRIMONIUM DO MUNICÍPIO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 323/15, de 10/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da base de dados para inventariação de património cultural móvel e imóvel – In Patrimonium Premium para o município, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna 323/15, de 10/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **091**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 339/15, de 15/09, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/09/01 e 2015/09/14, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 339/15, de 15/09, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



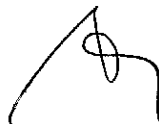

1. Assunto: CORREÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS DA EB1 Nº4 (BOLONHA) – ACIONAMENTO DE GARANTIAS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1171/15, de 07/09, do DOVI/DOVI, para aprovação da contratação de empresas da especialidade para correção das deficiências, da responsabilidade do empreiteiro, da obra de remodelação da EB1 nº 4 (Bolonha), na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Luseca – Sociedade de Construções, SA, cujo processo de insolvência se encontra em fase de liquidação, porque não foram corrigidas dentro do prazo concedido para o efeito, e a expensas do mesmo, bem como do acionamento das cauções prestadas pelo mesmo empreiteiro no contrato de empreitada, sendo o valor a acionar, que permitirá executar as reparações necessárias, de 42 930,00€.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1171/15, de 07/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Presidente, para dar uma pequena explicação, que tem a ver com os procedimentos que são absolutamente necessários, e complicados, neste caso ainda mais complicados, na medida em que a empresa que fez a ampliação da EB1 nº 4 entrou em insolvência. -----
Têm que se tratar estas matérias com o administrador de insolvência, e só depois de todos estes trâmites é que é possível acionar a garantia bancária, que é o que se vai agora fazer, depois desta aprovação, indo a câmara municipal, imediatamente, corrigir as patologias que são muito bem identificadas numa determinada zona, de infiltrações que a escola tem.-----
Assim, é tudo muito difícil, porque o que deveria acontecer era perguntar se faz ou

Fl. Ata 093

Procº DOVSM.01.01.07.13

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: EMPREITADA PARA A CORREÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS DA EB1 Nº 4 (BOLONHA) – PÓVOA DE SANTA IRIA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1222/15, de 16/09, do DOVI/DOVI, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, com vista à realização da despesa do contrato relativa à empreitada de correção das deficiências da EB1 nº 4 (Bolonha), na Póvoa de Santa Iria, repartida nos anos de 2015 e 2016, com a duração de 60 dias. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1222/15, de 16/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que se trata, efetivamente, da remessa à assembleia municipal, porque este assunto tem repercussões financeiras para o ano seguinte.-----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

-----

1. Assunto: CENTRO DE SAÚDE DE VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO PARCIAL DE 15% DE CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1190/15, de 10/09, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/09/09, bem como da liberação de 15% da caução total da obra do Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, no valor de 30 497,68€, adjudicada à Sociedade de Construções José Coutinho, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1190/15, de 10/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: ECOPARQUE DA PÓVOA – HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1199/15, de 11/09, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/07/10, bem como da liberação de 30% da caução, no valor de 22 935,05€, correspondente ao valor dos trabalhos efetuados, e da totalidade da caução correspondente aos trabalhos a menos aprovados, no valor de 4 944,85€, sendo o valor total a liberar de 27 879,90€, referentes à empreitada do Ecoparque da Póvoa – Hortas Urbanas, na Póvoa da Santa Iria, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1199/15, de 11/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALHANDRA – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO PARCIAL DE 60% DA CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1205/15, de 14/09, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/08/26, bem como da liberação de 60% da caução total da obra, no valor 68 589,20€, referente à empreitada de construção do Centro de Saúde de Alhandra, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1205/15, de 14/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----




1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 – CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 257/15, de 16/09, do DOVI/SOG, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2015/09/16, referente à empreitada de recargas de pavimentos 2015 – Concelho de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 257/15, de 16/09, do DOVI/SOG, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo querem só solicitar que quando forem enviadas as fotografias, caso não esteja a chover, pois provavelmente foi isso que aconteceu, e por isso foram tiradas no interior da viatura, se for possível, tirá-las com a identificação do local, que seja possível de identificar, porque pensa que são várias ruas e apenas lhes foram distribuídas duas minifotografias.-----
Respondeu o Sr. Presidente que se vai tentar ir ao encontro daquilo que a Srª Vereadora coloca, que é fácil, é só ir num dia em que não esteja tanto temporal, como foi o caso, e tirar fotografias de melhor qualidade. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **099**

Reunião de 2015/09/23

Procº DOVSM-EMP 8/15

Deliberação nº _____ **563**

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1212/15, de 14/09, do DOVI/DOVI, para aprovação do plano de segurança e saúde referente à construção da EB1 nº 2 de Vialonga, adjudicada à Norcep – Construções e Empreendimentos, Lda. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1212/15, de 14/09, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 100

Reunião de 2015/09/23

Procº DCTAE-TM-030

Deliberação nº 564

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2015 – VENDA AMBULANTE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 252/15, de 07/09, do DEC/Turismo, para aprovação das restrições à venda ambulante, na cidade de Vila Franca de Xira, durante a Feira Anual de Outubro 2015, entre os dias 2 e 11 de outubro.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 252/15, de 07/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2015 – ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO E DA OCUPAÇÃO DO “BAR 3” E RESPECTIVA BASE DE LICITAÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 266/15, de 15/09, do DEC/Turismo, para aprovação da alteração à designação atribuída, até à data, de “Bar 3”, para “Outros conceitos gastronómicos”, de um bar que consta na planta de implantação da Feira Anual de Outubro e do edital nº 316/2015, bem como da alteração ao valor da base de licitação constante no respetivo edital e planta de implantação, de 4 813,54€, com IVA incluído, para 32,34€, por metro quadrado, considerando que, até à presente data, não houve qualquer demonstração de interesse em ocupar o citado lugar, tal como se encontra estabelecido. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 266/15, de 15/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: PROGRAMA “VERÃO TOTAL” – COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA O MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 309/15, de 31/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da transferência de verba para o município de Sobral de Monte Agraço, no montante de 923,33€, referente ao pagamento da comparticipação das despesas, por parte do município de Vila Franca de Xira, com o programa “Verão Total”. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 309/15, de 31/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: 05/04050108-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA E O ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA -----
-----
2. Resumo Presente o processo instruído com comunicação interna nº 300/15, de 20/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da adenda ao protocolo de colaboração, celebrado entre o município de Vila Franca de Xira e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no âmbito das Evocações do Centenário da Grande Guerra.
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 300/15, de 20/08, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 104

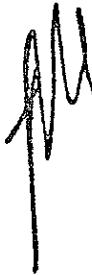
Reunião de 2015/09/23

Procº DCTAE.00DM.

Deliberação nº 568

1. Assunto: CEAX – CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA DE VILA FRANCA DE XIRA
– VENDA DE MATERIAIS DE MERCHANDISING -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 332/15, de 16/09, do DEC/DCTPM, para aprovação do preço de venda ao público de materiais de merchandising, no âmbito da inauguração do Centro de Estudos de Arqueologia de Vila Franca de Xira, designadamente, chapéus tipo “Safari”, 4,50€ cada, borracha, 0,50€ cada, e lápis preto de carvão, 0,50€ cada. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 332/15, de 16/09, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: DOAÇÃO DO ESPÓLIO LITERÁRIO DE JOAQUIM NAMORADO, PELOS SEUS HERDEIROS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 85/15, de 14/09, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação do espólio literário de Joaquim Namorado, pelos seus herdeiros, com o valor patrimonial de 40 441,00€, para incorporação no acervo bibliográfico do Museu do Neo-Realismo. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 85/15, de 14/09, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: DOAÇÃO DE UMA CARTA, POR MANUEL SIMÕES, PARA INTEGRAR O ESPÓLIO LITERÁRIO DE JOAQUIM NAMORADO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 86/15, de 14/09, do DEC/DCTPM/MNR, para aceitação da doação de uma carta, com o valor patrimonial de 50,00€, pertença de Manuel Simões, para incorporação no espólio literário de Joaquim Namorado, do Museu do Neo-Realismo. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 86/15, de 14/09, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: 28ª CORRIDA INTERNACIONAL DE VILLEJUIF -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 306/15, de 09/09, do DASDEDS/DDE, para conhecimento da participação de uma delegação de 6 atletas do concelho, na 28ª edição da Corrida Internacional de Villejuif, no dia 11 de outubro de 2015. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 306/15, de 09/09, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que a propósito deste ponto os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber quais são os custos da viagem para estas 7 pessoas. -----
Respondeu o Sr. Presidente que, como a Srª Vereadora sabe, a geminação que se tem com Villejuif data de há muitos anos, provavelmente 38 anos, ou coisa que o valha, e mantém-se este aprofundamento, principalmente na área cultural e desportiva, sendo que, em termos desportivos, este é o grande momento.-----
Há provas para definir quem é a representação do concelho. O alojamento e a alimentação são proporcionados por Villejuif, e a câmara municipal suporta o bilhete de avião para Paris, sendo Villejuif um município muito perto de Paris. -----
Diria que hoje em dia as passagens para França são bastante baratas, e o enquadramento desta delegação é feito por um técnico da câmara municipal, não se levando mais ninguém.-----
São 6 pessoas, mais uma, não consegue dizer qual é o valor, mas depois também o poderá fazer chegar.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata **108**

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, presumindo que depois é possível chegar essa informação. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que no ano passado gastou-se, e diria que se investiu, pois é melhor dizer assim, 1 400,00€, e este ano será semelhante. Aliás, pensa que os preços das viagens baixaram. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **109**

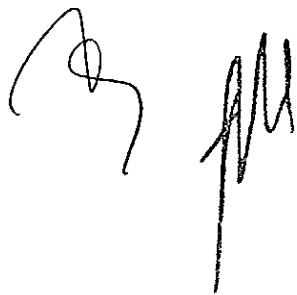
Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PROGRAMA ENCONTROS DESPORTIVOS CONCELHIOS – XIRA 2016 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 314/15, de 15/09, do DASDEDS/DDE, para conhecimento do programa da 26ª edição dos Encontros Desportivos Concelhios – XIRA 2016.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 314/15, de 15/09, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: DEVOLUÇÃO DE VALOR A CAROLINE CALDAS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 294/15, de 11/09, do DASDEDS/DDE, para aprovação da devolução do valor de 110,70€, a Caroline Cristina Simas Caldas, referente ao pagamento da taxa de utilização do atelier/telheiro na Quinta Municipal da Piedade, pelo facto de não ter utilizado o espaço.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 294/15, de 11/09, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº _____

Pelas 12h39, após as respostas dadas relativas ao período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente. -----

publico



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

CASAL DO ADARSE – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio a munícipe, Srª Maria de Lurdes Almeida, dizendo que é moradora do Casal do Adarse, em Alverca do Ribatejo, e mais uma vez vem a reunião de câmara expressar aquilo que sente.-----

Aquilo que diz é que a estrada está a ficar com o pavimento degradado, devido aos camiões pesados que lá passam, tendo sido colocado um sinal junto à Provimi, mas os motoristas não o respeitam. Uns não respeitam, outros não o veem, e há 2 meses houve um grave acidente com um camião, em que hoje, infelizmente, o senhor está sem as duas pernas, o que é muito triste. Os carros pesados que vão à Provimi carregar e descarregar fazem o favor de tapar o sinal que lá está, a proibir o trânsito a pesados com mais de 3,500Kg, sendo muito lamentável um homem ficar sem as duas pernas.-----

Em segundo lugar, os moradores querem saber se não há possibilidade daquele sinal ser colocado mais à frente, ou seja, um pouco antes da Provimi, porque por trás das instalações da Provimi dá para passarem os camiões que vão carregar e descarregar junto à antiga Argibay. Os motoristas dizem todos que não veem o sinal, derivado aos camiões, e perguntam se não terá a Provimi que fazer um estacionamento para os camiões de carga e descarga daquela fábrica.-----

Quanto à limpeza do caminho pedonal para Alverca, a própria e o seu vizinho, Sr. António Gamboa, foram falar com o Sr. Presidente da junta, que lhes disse que a limpeza não era com ele, mas sim com a câmara municipal.-----

Falaram também, numa reunião de câmara, de um silvado que está junto à Provimi, a câmara municipal disse que ia tratar disso, mas até agora nem câmara municipal, nem junta, nem o Sr. Tarré, que é o dono daquela terra. Está numa curva, e já têm acontecido muitas surpresas para as pessoas que ali passam.-----

Depois, quanto ao espelho que foi posto junto das moradias, dá apenas acesso a um, à segunda e à terceira não dá, pelo que, vindo os carros de baixo, das instalações onde era a antiga Argibay, se acontecer uma desgraça, quem vai pagar essa desgraça? Quem vai pagar tudo o que acontecer?-----

As duas moradias não têm acesso, como o espelho que lá está, pois quem for para baixo, se se dirigir para a entrada do seu quintal ou do Sr. António Gamboa, não




vê se os carros vêm de baixo. O espelho que foi lá posto não tem ângulo suficiente para se ver de um lado e doutro, e dito por alguém que tem conhecimento disso, não por si. -----

Está muito triste e desiludida, tanto com a câmara municipal, com a junta ou qualquer superior, porque o Casal do Adarse foi muito esquecido e continua a ser. Os moradores pagam os seus impostos, e não é a câmara municipal nem a junta de freguesia que estão a pagar os seus salários, os moradores é que estão a pagar os salários a todos os que estão na junta e na câmara municipal. -----

Interveio o munícipe, Sr. António Gamboa Pinto, dizendo que o assunto que vem colocar é o mesmo, retirando a questão do espelho, que a sua vizinha já abordou, ou seja, reporta-se ao caminho que dá acesso a Alverca, que continua na mesma. Vêm novamente as chuvas, e os moradores têm é que arranjar um barco para passarem, pois são só ervas, poças e buracos no caminho. Têm um metro de largura para passarem, para se desviaram das ervas e de tudo, e questiona se agora, com as eleições que se avizinham, não haverá um bocadinho de atenção para resolver o assunto. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que, sem prejuízo do Sr. Vereador António Oliveira ajudar nas questões que a Srª Maria de Lurdes Almeida e o Sr. António Pinto colocaram, de facto a questão do Adarse é um problema que não é de hoje, é de há muito tempo. A câmara municipal tem vindo a tentar encontrar algumas soluções, fez lá algumas melhorias e requalificação, como os munícipes se recordarão, e inclusivamente avançou para um terreno para fazer a requalificação, mas depois veio a ter um grande aborrecimento com o pai do Engº Tarré, pois mexeu nas oliveiras sem querer, porque estava convicta de que o terreno era seu, e ele ficou muito aborrecido, como é natural. Contudo, o próprio depois falou com o Engº Tarré, e as coisas lá se resolveram. -----

Efetivamente, os moradores desejariam que o local estivesse melhor, mas o que é um facto é que a câmara municipal também tem vindo a fazer alguma coisa, mas muita coisa há para fazer. -----

A questão dos espelhos foi já colocada numa outra reunião, julgava que estaria resolvida, e estará resolvida para alguém, mas não para todos, do que percebe, tendo ficado convicto de que com a colocação do espelho a situação de visão por

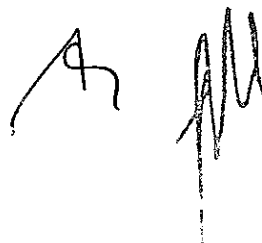



causa do trânsito estaria resolvida. Não está, o que quer dizer que provavelmente terá que se colocar mais um espelho para ter outro ângulo de visão. Essa matéria é relativamente fácil de resolver, e pede ao Sr. Vereador para se colocar lá rapidamente um espelho, não pode é demorar tanto tempo, pois o outro que lá foi colocado foi dado à junta de freguesia, para ser ela a colocá-lo, e de facto o melhor mesmo é ser a câmara municipal a colocar o espelho, resolvendo aquilo. Assim, a câmara municipal compromete-se com o Sr. António Pinto para colocar lá o espelho. Forneceu-o, mas agora se calhar vai lá pô-lo, para saber se é mais rápido. -----

Nas coisas em que a câmara municipal tem culpa, o executivo assume-a, e nas outras em que não tem, se calhar também tem que aguentar com ela, o que não faz ideia, sendo que quando se fala de problemas é a câmara municipal, umas vezes com razão, outras nem por isso. -----

Há matérias em que não é preciso haver eleições, é um trabalho que se tem de fazer todos os dias, não só quando há eleições, se bem que às vezes há uma certa apetência para nestas alturas fazer mais qualquer coisinha. Quanto à câmara municipal não é assim, tem um plano de ação e um plano de trabalho, independentemente de haver eleições ou não, estando desde o primeiro dia até ao último dia a trabalhar. Por acaso há eleições pelo meio, e aliás neste mandato vai haver eleições todos os anos. Vai haver eleições agora, eleições para o ano, para as presidenciais, e no último ano, em 2017, eleições para as autárquicas, pelo que se vão apanhar muitos atos eleitorais, o que quer dizer que se só se trabalhasse para esses momentos, pouca coisa se fazia ou nada. -----

Quando veio para esta atividade política já tinha uma longíssima experiência profissional, não é daqueles que não tinham uma carreira profissional longa, e veio para este trabalho por entender que, à sua maneira, e pela conceção que tem das coisas, daria o seu contributo cívico para melhorar e colocar soluções no terreno. Está convicto, continua sempre animado nesse espírito, e quando deixar de ter esse ânimo mais vale ir embora, sendo que esta equipa, todos os que estão presentes, independentemente de estarem na gestão ou na oposição, são pessoas que trabalham imenso. Pode dizer que trabalha 12h14, às vezes até mais horas por dia, e fá-lo com prazer. -----



É necessário trabalhar, ninguém o obrigou a estar aqui, é necessário fazer e fazer-se, ponto final. Contudo, estar a trabalhar este tempo todo, não ter fins de semana para a família, ter férias às vezes aos bocadinhos, e não ser pago, era um problema complicadíssimo. A sua esposa dizia logo que este contrato não servia, que fosse embora, pois tem uma família para sustentar e obrigações também. -----

As pessoas que têm uma carreira profissional, dão um passo no sentido de darem o melhor que têm e podem da sua vida, para serem autarcas, sejam de que cor política forem, esforçam-se de certeza para dar o seu melhor, e na sua opinião logicamente que têm de ter uma contribuição de vencimento, para que possam fazer face à sua vida, senão era uma grande complicação. -----

Quando lhe dizem que pagam impostos, também paga os seus, está tudo certinho, mas não é isso que está em causa, pois efetivamente é essa a obrigação, cumprir com as obrigações fiscais, que são demasiadas, excessivas. Quando a munícipe diz "vocês estão lá, porque nós pagamos o vosso vencimento", tem que ser assim, não há volta a dar, a democracia faz-se através do trabalho dos partidos, e não há democracia sem partidos. Há pessoas que têm obrigações, são eleitas para cumprirem as suas, logicamente que têm que ser pagas, e é o Estado que têm de o fazer. Os ministros também estão lá, mas não tem inveja, pois têm uma dificuldade tremenda, sejam quais forem, e têm que ser pagos, sendo que esta questão do vencimento dava para muita conversa, mas vai ficar por aqui. -----

Desta forma, na sua opinião, em termos gerais, no que concerne às juntas de freguesia e à câmara municipal, quanto ao dinheiro que é aplicado dos impostos da munícipe, procura-se fazer dele o melhor possível. -----

Hoje os munícipes vieram fazer uma reclamação, assentou-a, e a obrigação da câmara municipal, agora, é tentar encontrar as soluções, não no todo, mas em parte daquilo que for possível realizar, para que mais tarde não venham outra vez dizer que não se fez nada, quanto ao espelho, à desmatção, a isto ou aquilo. Aquilo que pede é que a munícipe confie que se vai fazer algum do trabalho que reclamou. -----

Interveio a munícipe, mencionando que confia, e quando disse que os moradores é que estavam a pagar à câmara municipal e à junta foi porque não têm feito nada, praticamente, dentro do Casal do Adarse. -----



Respondeu o Sr. Presidente que já explicou que não é bem assim. A câmara municipal já fez investimentos no passado, como a munícipe sabe, pois está ali há 35 anos, e sabe que se fizeram alguns investimentos de requalificação. -----

Interveio de novo a Srª Maria de Lurdes Almeida, dizendo que se fizeram, foi feito um jardim em baixo, entre a última moradia e a Provimi, na totalidade, só não se plantaram as árvores, mas os moradores chamaram à atenção que não se podia fazer ali um jardim, porque foi um senhor que comprou aquele terreno. Assim, fez-se o jardim, depois teve que se desfazer, e questiona porque é que não se acreditou nos moradores. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que é verdade, mas não pode responder, e a munícipe não ficou mais exasperada e aborrecida do que o próprio. Na altura nem sequer era presidente da câmara, mas tinha responsabilidades nessa área e conhece o processo. Lembra-se bem dele, e pode dizer que ficou extremamente aborrecido por não se ter verificado atempadamente se os terrenos eram municipais ou não. -----

Interveio de novo a munícipe, dizendo que ao fundo da sua casa, da moradia do Sr. António, fez-se mais uma metade de uma rotunda e deixou-se aquilo cheio de terras e pedras, pelo que pergunta porque é que não se alcatroou. Às vezes há pessoas que vão ali visitar, com carros, que ficam pela estrada acima, não tendo onde estacionar, e ficou aquele monte de jardim, que não é jardim, é só terra e pedras, e não está ali a fazer nada. -----

Respondeu o Sr. Presidente que se vão tentar resolver algumas das questões, que, como a munícipe percebe, se conhecem bem, e vão-se tentar resolver. -----

Interveio novamente a munícipe, questionando quanto ao sinal e ao estacionamento para os camiões. -----

Respondeu o Sr. Presidente que já disse ao Sr. Vereador para se colocar o sinal em situação mais visível, para não haver desculpas. Depois, há outra coisa, que tem a ver com a PSP, e vai-se informar a Srª Intendente, comandante da PSP, com responsabilidade sobre todo o território que está sob a jurisdição da PSP. O que se faz e se vai fazer agora é chamar à atenção para a necessidade de melhor vigilância, não só desse aspeto, e de multar as empresas, mas também segurança para quem ali vive. -----

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata - 117

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

RUA FERREIRA DE CASTRO – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o munícipe, Sr. Vítor Vargas, dizendo que é um prazer conhecer o Sr. Presidente e gostaria de conhecer também o Sr. Presidente da junta, que não vê presente, referindo ainda que tem várias reclamações a fazer.-----

Mora na Póvoa de Santa Iria há 34 anos, na rua Ferreira de Castro, no nº 10, r/c esqº, que mudou, era a antiga rua do CPCD, e agradece ao Sr. Presidente que um dia lá passe, já lhe tendo perguntado uma vez, por e-mail, onde começava a Póvoa de Santa Iria e onde acabava, pois não sabe. -----

Mora junto ao Pingo Doce, ao lado das marinas, no prédio azul e branco, onde morava o Sr. Rui Vitória, que pensa que agora já não está lá, e a questão que coloca é que há 34 anos que ali mora, a conduta da EPAL passa por detrás do seu prédio, a EPAL limpa um bocado da zona, e tem ido falar com os senhores da EDP, perguntando porque é que não limpam mais abaixo, no passeio, e estes têm respondido que não, tem calçada, que é da junta ou da câmara municipal.-----

Assim, pergunta a quem paga os impostos, pois paga os seus impostos para Vila Franca de Xira, não paga em Loures, e já há 34 anos que não fazem ali nada de nada.-----

Um dia destes, na rua, foi ter com uma senhora que estava a varrer, que lhe disse que o Sr. Presidente da junta é que o havia de ouvir, pois tinha outros casos. Não é o Sr. Presidente da câmara que tem de o ouvir, mas tem que tomar conhecimento. Falou então com essa senhora, e perguntou-lhe, se varria do lado esquerdo, porque não varria do direito. A rua é a mesma, varre do lado das garagens, no lado direito, e por aí acima, chega em cima e vai-se embora, mas tudo bem. -----

Uma outra situação é a do jardim. Quando comprou a sua casa o próprio e outros vizinhos que lá moram, que também compraram casa, fizeram aquele bocado de jardim que fica em frente, cultivaram tudo, plantaram lá a relva, os arbustos que lá estão, bem como umas plantas, e tiraram outras. Inclusivamente foi o próprio que pediu para se tirar uma nespereira que lhe estava a tapar a visão e que andavam lá a estragar, e o que lhe disseram foi que tinha de dizer à junta para tirar de lá a nespereira. Se foram os moradores que a plantaram, porque é que tinham que ir pedir à junta? Na altura respondeu que não, que o próprio a cortava.

Depois, não se põe uma pinga de água no jardim, que não é visto, vai lá só de vez em quando uma máquina, chega ali e vai-se embora, e por vezes nem apanha o lixo, deixando-o lá ficar. Por trás aquilo é um monte de ervas, com bicheza a passar, e é mato por baixo das varandas. -----

Considera que todas estas coisas são um bocado ingratas, e tem ainda outra coisa a informar. Tem uma pessoa deficiente em sua casa, infelizmente, e há uns meses largos, no começo do ano, um vizinho quis fazer umas obras numa varanda, chegou ali a julgar que era o dono de tudo, o dono do mundo, mas disse-lhe que não era, que não podia ser o dono do mundo, pois do mundo são todos. No entanto, o seu vizinho foi pedir uma licença para montar um andaime, só que o seu carro estava lá estacionado, num lugar de deficiente. -----

Tem impostos, tem tudo em dia, foi lá a polícia, que disse para não se tirar o carro de lá, porque estava bem, mas ele teve que ir tirar a licença, que dizia que era para 3 dias, que as obras iam continuar em 3 dias. O seu vizinho pagou 300 e tantos euros de licença, o que é verdade, pois tem os papéis na sua mão, não os trouxe foi consigo. Depois, foram lá os senhores da junta de freguesia, tendo o próprio registado, mas também não trouxe consigo, a matrícula da carrinha que lá foi, levaram o sinal para baixo, e queriam pô-lo num canto, ao fundo do parque. ----

Quando o colocaram, disse-lhes onde o queria, disseram-lhe que não podia ser, porque ali era o parque, e no outro sítio não podia ser, porque era a estrada, e disse-lhes então onde é que o punham, só que se trata de uma pessoa que está doente, pesa 100kg, e as suas posses já não são muitas para a levar para dentro de um carro, se tiver que ir ao posto médico. -----

O caso do posto médico também é uma vergonha, pois não foi feito para aleijados. As pessoas que estejam aleijadas não conseguem lá andar, e se forem em cadeira de rodas, como a sua mulher costuma ir, ainda pior, pois a rampa escorrega. -----

Em conclusão, questiona por que razão esteve à espera 8 meses que lhe mudassem o sinal de deficiente de um sítio para o outro, a ponto de chamar a polícia e de ir lá a polícia algumas vezes, para não apertar o "colarinho da gravata" ao seu vizinho. -----

Assim, pergunta se o Sr. Presidente tem conhecimento destas coisas, mas o Sr. Presidente da junta é que deveria ouvir, pois fez-lhe várias reclamações, e ainda

A



há bocado andavam uns senhores a cortar relva nos passeios, com uma máquina que tem um fio à ponta, pediu-lhes se podiam cortar a relva junto da sua porta, mas disseram-lhe que não. -----

As coisas que tinha para dizer eram várias, mas estaria se calhar o dia inteiro na reunião, sendo estas as que tem mais em mente de momento. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que sugere, como o munícipe tem muitas reclamações a fazer, que as compile num documento para a câmara municipal analisar, porque agora, nesta reunião, está a falar-lhe de coisas a que francamente não consegue responder. -----

Quanto à mudança do sinal de um lugar para outro, não é propriamente uma questão a que possa agora responder, o porquê de ter demorado tanto tempo, mas não deveria ter demorado tanto. -----

De qualquer modo, quanto à primeira questão, sugere que a técnica da área do ambiente possa esclarecer o Sr. Vítor Vargas de quem é quem, e quem tem de fazer o quê relativamente à manutenção. Assim, explicará ao munícipe justamente isso, na tentativa de resolver e melhorar as condições. -----

Há outras matérias que têm a ver com um problema grave que o Sr. Vítor Vargas tem na sua vida, que pode acontecer a qualquer um. Manifesta alguns problemas e dificuldades, a câmara municipal vai tentar perceber melhor e tentar ajudar, no sentido de resolver algumas das questões que colocou. -----

Aquilo que sugere, como há mais matérias que quer colocar, que envie um e-mail ao seu cuidado para se analisar. Depois responder-se-á e tentar-se-á resolver. Há algumas matérias em que pode ter toda a razão, não duvida que não tenha, mas as respostas que o próprio poderia dar, teria que as analisar junto dos serviços. Por isso, pede à Arqtª Catarina Conde para falar com o Sr. Vítor Vargas, para explicar melhor do que se trata e saber efetivamente de quem é a competência efetiva, porque esta coisa das juntas e da câmara municipal tem que se lhe diga. --

O munícipe deverá fazer esse documento, há matérias que são única e exclusivamente da responsabilidade e competência da junta de freguesia, outras que são da câmara municipal, obviamente que sim, e pede o favor do munícipe enviar esse e-mail, que o reenviará, com as questões, para os respetivos serviços, para se tentar no mais curto espaço de tempo resolver, quanto àquelas que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 120

Reunião de 2015/09/23

Procº _____

Deliberação nº _____

tiverem resolução. Portanto, é isso que sugere e propõe.-----

Há uma matéria que tem a ver com a sua esposa, essa sim é uma situação muito complicada. Ter mato ou não ter debaixo da varanda é chato, mas essa é de facto muito difícil e, naturalmente, se houver alguma coisa que se possa fazer para menorizar as dificuldades que o munícipe sente, far-se-ão, porque lhe parece que essas são as urgentes. Quanto às outras, têm que se resolver também, mas não são tão urgentes. -----

Interveio de novo o Sr. Vítor Vargas, dizendo que não era ao Sr. Presidente que queria dizer estas coisas todas, era ao Sr. Presidente da junta diretamente, porque tanto faz passar PC, PS ou PSD. -----

O Sr. Presidente interveio, perguntando se o munícipe já pediu uma audiência com o Sr. Presidente da junta. -----

Respondeu o Sr. Vítor Vargas que ainda agora veio de lá, pois nem sabia que havia esta reunião, e foi lá por causa do senhor que andava com a maquina a cortar a erva, no lado das marinas, com uma outra senhora, que estava com uns panos a esticar, por causa dos carros, o que até está certo, porque pediu ao senhor para ir dar um jeitinho às ervas, e este disse que não podia. Até comprou o líquido para pôr nas ervas, que nascem à frente da sua porta, pois como a sua esposa arrasta um pé, por vezes tem de as andar a queimar. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que fica a aguardar que o munícipe envie o e-mail, sendo que há questões que já apontou. -----

A única coisa que o Sr. Vítor Vargas tem a fazer é marcar uma audiência com o Sr. Presidente da junta, explicar as suas preocupações, e da parte do Sr. Presidente da junta o que tem é, no quadro das suas competências, resolver, e é isso que pode dizer. -----

Interveio o Sr. Vítor Vargas, perguntando ao Sr. Presidente há quanto tempo é Presidente de câmara?-----

Respondeu o Sr. Presidente que é há cerca de 2 anos. -----

Interveio de novo o Sr. Vítor Vargas, questionando ao Sr. Presidente se sabe que o próprio mora ali há 34 anos, bem como se sabe quantos partidos passaram pelas juntas de freguesias e quantos presidentes de câmaras, nestes anos todos, e o que é que já se fez no lugar onde mora. -----



Deliberação nº _____

Contra o que é habitual, deixou o município falar, pois sabia que precisava de desabafar. Já desabafou, e agora tem que se dar continuidade à reunião. Se um dia quiser, pode também marcar uma reunião com o próprio, de qualquer modo o município necessitava de transmitir o que transmitiu, foi falando, deixou-o falar, mas efetivamente as pessoas têm um tempo limitado, porque senão estava-se na reunião o dia inteiro. Assim sendo, já colocou as questões, já lhe sugeriu o que tem que fazer, e agora vão-se tentar encontrar as soluções adequadas.-----



Reunião de 2015/09/23

Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que responderá na próxima reunião de câmara, dando seguidamente por terminada a reunião. -----



Deliberação nº 572



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

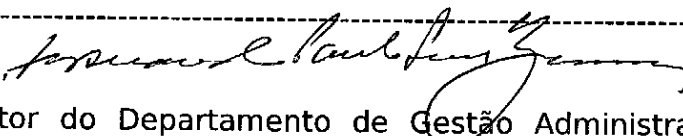
Fl. Livro _____

Fl. Ata - 124

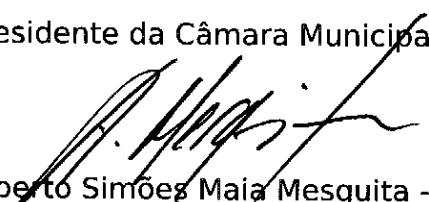
Reunião de 2015/09/23

Encerramento às 13h15. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/10/21, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Aurélio Marques e Margarida Cavaleiro, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

-----
E eu,  Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maia Mesquita -